

Walter da Rocha Araújo

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE FAMÍLIA E  
CLASSES SOCIAIS**

Recife - 2003

Walter da Rocha Araújo

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE FAMÍLIA E  
CLASSES SOCIAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Pernambuco, para obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Maria de Fátima de Souza Santos

Recife - 2003

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

A663r Araújo, Walter da Rocha.  
Representações sociais sobre família e classes sociais / Walter da Rocha Araújo. – Maceió, 2003.  
116f.

Orientador: Maria de Fátima de Souza Santos.  
Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Recife, 2003.

Bibliografia: f. 97-102.  
Anexos: f. 103-116.

1. Família - Maceió (AL). 2. Classes sociais - - Maceió (AL). 3. Representações sociais. 4. Política social. 5. Família - Aspectos sociais. I. Título.

CDU: 316.356.2(813.5)

## DEDICATÓRIA

A Deus que me permitiu refletir e compreender a família, visando sempre fortalecê-la e colaborando na sua construção junto às pessoas que confiaram em mim.

À Graça, Daniel, Mariana e Gabriela, construtores de uma família da qual participo há 26 anos e que me ajudaram a viver este desafio de ser feliz nos momentos de alegria e dificuldades.

Aos meus pais que me ensinaram a viver numa extensa família, constituída de 19 pessoas, superando desafios resultantes da construção e perda de vínculos.

## AGRADECIMENTOS

À Profa. Maria de Fátima de Souza Santos que me orientou e apoiou na descoberta, compreensão e discussão dos elementos teóricos presentes na estrutura familiar.

À Profa. Helena dos Barros Vale pela imensa colaboração no encaminhamento de dinâmicas utilizadas junto às famílias pesquisadas.

Às famílias de alunos e funcionários do Colégio Madalena Sofia e da Universidade Federal de Alagoas, que me permitiram conhecer o universo próprio de cada uma das suas famílias.

Ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Federal de Alagoas, dinamizador deste trabalho.

Aos Professores Gilda Vilela Brandão e Eduardo Magalhães, que me ajudaram na versão de alguns textos.

Aos amigos do Movimento Familiar Cristão e dos Encontros de Noivos da Igreja de Maceió-AL, pelas oportunidades de reflexão e discussão em torno do significado da família.

## RESUMO

Este trabalho visa desenvolver uma discussão sobre as representações sociais construídas pela família, no contexto das diferentes classes sociais. As políticas sociais focadas na família, são elaboradas a partir da realidade social, utilizando-se sempre as análises elaboradas pelos cientistas, gestores políticos e lideranças sociais, nem sempre se levando em consideração o pensamento construído pelos membros da família. Entendemos que as mudanças vivenciadas pela família, ao longo do tempo, produzem novas formas de compreendê-la, intervindo assim na definição das políticas públicas voltadas para a mesma.

Visando alcançar este objetivo, realizamos uma pesquisa empírica com famílias da cidade de Maceió (Brasil), utilizando suporte teórico e metodológico sobre representações sociais e classes sociais, apoiado em Moscovici, Jodelet, Abric e Marx. Além disso, fundamentamos nossa discussão sobre a família a partir de Engels, Segalen e Ariès. Com estes elementos, processou-se uma leitura teórica sobre família, classes sociais, representações sociais e políticas sociais. O uso do questionário e entrevistas completou a ordenação teórica deste trabalho, além da delimitação das práticas sociais vivenciadas na organização familiar.

As diferenças de pensamento sobre família, a partir de cada classe social, ainda que não totalmente distintas, apresentam uma família de classe rica (Classe A) conservadora, atrelada ao modelo nuclear burguês e preocupada com os aspectos afetivos dos seus membros. A família de classe média (Classe B) é apresentada como aberta a novas formas de ser família, adaptando-se mais facilmente às novas características do papel social da mulher. Além disso, encontra-se preocupada com a prática da religião e com valores moralizantes, capazes de dar sustentação a uma unidade familiar idealizada. A família de classe pobre (Classe C) se apresenta como a mais excluída da participação nos bens e serviços oferecidos pelo Estado. Em contrapartida, defende-se desta exclusão criando redes de sobrevivência, sustentada pelo apoio dos conterrâneos e apadrinhamento dos grupos mais favorecidos economicamente. Além disso, organizam-se em torno da figura feminina e de uma rigorosa religiosidade. O ser família, para este grupo, é centrado na figura dos filhos.

## ABSTRACT

This work attempts to enhance a discussion about the many social representations present in a family, in the context of different social classes. Social policies aimed at the family are elaborated starting out from the social reality as understood by scientists, politicians and other social leaders, not always into consideration what the members of a family think of themselves as such. We understand that the changes that have taken place in the family along the years have produced different ways for it to be understood. We believe, also, that these changes should affect public policies that have the family as their main focus.

In order to try to prove this, we did an empirical research with families living in the city of Maceió (Brazil), making use of theoretical and methodological strategies based on the ideas of Moscovici, Jodelet, Abric and Marx, as far the concepts of social representations and social classes are concerned. We also added to our social concepts of family the ideas of Engels, Segalen and Ariès. Starting from the concepts developed and the family model found, we began to propose a new theoretical family concept taking into consideration social classes, social representation and social policies. We completed the work by adding a questionnaire and interviews that helped us to delimit and identify social behavior typical of the family organization.

The different thoughts about family, starting out from each social class separately, although totally distinct from one another, arrive at three classes: a rich class (Class A), basically conservative, deeply affected by the nuclear bourgeois model, permanently concerned about the emotional well being of the family members. The middle class family (Class B), open to the new forms of family behavior and formation, easily adaptable to the new role of women in society. Class B is also very concerned about religion, and those traditional moral values and virtues responsible for an ideal and well balanced family. The poor family (Class C) is characterized by being excluded from all types of goods and services offered by the State. On the other hand, Class C tries to protect itself by creating survival networks supported by the average citizen and patronizing protection of a few economically

independent persons. Besides this, they organize themselves around a feminine figure and a strong sense of rigorous religiosity. The idea of family for Class C is a primarily children centered.



## RÉSUMÉ

Ce travail vise à développer une discussion portant sur les représentations sociales construites par la famille, dans le contexte des différentes classes sociales. Les politiques axées sur la famille s'orientent vers la réalité sociale et comportent presque toujours des analyses similaires élaborées par des scientifiques, des analystes en politique et des leaders sociaux sans qu'on se rende compte de la pensée construite par la famille elle-même. Nous entendons que les changements vécus par la famille, tout au long des années, produisent de nouvelles formes capables de la comprendre, ce qui embrasse la définition de politiques tournées vers elle.

En suivant de près cet objectif, nous avons poursuivi une recherche empirique sur des familles de Maceió (Brésil). En ce qui concerne les présupposés théoriques et méthodologiques quant aux représentations et les classes sociales, nous faisons appel à Moscovici, Jodelet, Abric et Marx. En outre, notre discussion sur la famille se fonde sur les pensées de Engels, Segalen et Ariès. À l'aide de ces éléments, nous procédons à une lecture théorique sur la famille, sur les classes sociales et sur les représentations et les politiques sociales. Un questionnaire et des témoignages donnent une organisation théorique à notre travail couvrant aussi les pratiques sociales vécues dans l'organisation familiale.

Bien que les différentes pensées sur la famille ne soient pas très distinctes, elles rendent manifestes une famille appartenant à une classe riche (Classe A), conservatrice, attachée au modèle nucléaire et préoccupée des aspects affectifs de ses membres. La famille de classe moyenne (Classe B) se présente ouverte aux nouvelles formes d'être une famille. Elle s'adapte plus facilement aux nouvelles caractéristiques du rôle social de la femme. En outre, elle se préoccupe avec les pratiques religieuses et des valeurs moralisatrices, capables de donner soutien à une unité familiale idéalisée. La famille pauvre (Classe C) se trouve exclue de la participation des biens et des services proposés par l'Etat. En revanche, elle se défend de cette exclusion en se forgeant des réseaux de survivance soutenus par des proches et par le parrainage des groupes économiquement favorisés. En plus, elle s'ordonne autour de

la figure féminine et d'un vif sentiment de religiosité. L'être famille, pour ce groupe, est centré sur la figure des enfants.

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO -----  | 12  |
| CAPÍTULO I - A FAMÍLIA -----                            | 15  |
| 1.1. O que é família? -----                             | 17  |
| 1.2. A história da família -----                        | 18  |
| 1.3. A família brasileira -----                         | 24  |
| 1.4. A família hoje -----                               | 27  |
| 1.5. Família e classe social -----                      | 32  |
| 1.6. Família e políticas sociais -----                  | 37  |
| CAPÍTULO II – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS -----              | 40  |
| 2.1. O dinamismo das representações sociais -----       | 41  |
| 2.2. A organização interna das representações -----     | 46  |
| 2.3. As práticas sociais e a representação social ----- | 49  |
| 2.4. A pesquisa do núcleo central -----                 | 50  |
| CAPÍTULO III – A PESQUISA -----                         | 53  |
| 3.1. População estudada -----                           | 56  |
| 3.2. Procedimento -----                                 | 58  |
| 3.3. Análise dos dados -----                            | 59  |
| 3.3.1. Estrutura familiar -----                         | 59  |
| 3.3.2. Dinâmica familiar -----                          | 66  |
| 3.3.3. Valores familiares -----                         | 70  |
| 3.3.4. Classe A -----                                   | 71  |
| 3.3.5. Classe B -----                                   | 75  |
| 3.3.6. Classe C -----                                   | 79  |
| CONCLUSÃO -----   | 88  |
| BIBLIOGRAFIA -----                                      | 96  |
| ANEXOS -----  | 100 |

## INTRODUÇÃO

As ações políticas são elaboradas a partir de um ponto de vista ideológico sobre um determinado objeto historicamente construído, e que sofre influência de aspectos sociológicos, antropológicos, econômicos, psicológicos e ideológicos, que permeiam as interações daquele objeto com o meio, visando o desenvolvimento do ser humano. São ações que definem os rumos dos diferentes objetos sociais enquanto elementos participantes do processo social.

A família é um destes objetos, com uma forma de organização construída historicamente, que gera vínculos entre seus membros, interagindo com as diferentes classes sociais. Seus partícipes constroem formas de representá-la mentalmente, que são elaboradas cognitivamente, dando um significado a esta realidade. São vivências do cotidiano, nos seus aspectos objetivos e subjetivos, em estreita ligação com a construção social da realidade e que são consideradas nos seus complexos processos simbólicos. Estas representações, portanto, são resultantes da comunicação de sistemas e signos culturalmente produzidos, atrelados a determinações históricas e sociais.

Entretanto, a família vivencia uma crise em função da mudança do seu modelo patriarcal e nuclear burguês, que esteve presente nas últimas décadas em diferentes contextos sociais. São mudanças decorrentes de processos sociais, econômicos e culturais, típicos de uma instituição em contínua mutação. Elas se atualizam, intervindo na organização familiar, buscando dar conta do novo papel social da mulher, das influências consumistas do mercado e do estabelecimento de valores que evidenciam o indivíduo em detrimento da vida em comunidade.

Discutir sobre a família é tratar de uma instituição imbricada em processos e práticas sociais, que delimitam sua dinâmica e organização. Dentre estas, visualizamos mais objetivamente os diferentes tipos de casamento, o formato do orçamento familiar, a realização de tarefas domésticas, as práticas religiosas, os valores assumidos pelo núcleo familiar e a

influência dos níveis de escolaridade e dos tipos de atividade ocupacional. São práticas atreladas à forma de ser de cada classe social, determinando significados próprios a cada classe, e que são expressas através de representações sociais que lhes dão unidade e sentido. O entendimento destas representações sociais estará fundamentando a formulação de novas políticas públicas para a família.

A nossa prática com grupos de família, há vinte anos, levou-nos a querer aprofundar esta compreensão, visando elaborar novas estratégias de ação. É uma prática de cunho religioso e psicológico, e que está em constante interação com os processos econômicos, sociais e ideológicos, presentes na sociedade. Neste sentido, o contato com famílias da cidade de Maceió – AL, foi o ponto de apoio que possibilitou uma aproximação mais objetiva com esta realidade. Trata-se de uma cidade com traços culturais conservadores, sofrendo influência de famílias dominantes economicamente, com fortes traços religiosos. Ao mesmo tempo, atenta ao desenvolvimento do mercado consumista e esforçando-se para construir uma política cidadã mais justa para todos os grupos humanos.

Desta forma, no primeiro capítulo procuramos percorrer o significado teórico sobre família, sua forma de organização ao longo do tempo, sua interação com as classes sociais e as políticas públicas. São elementos que sustentam teoricamente nossa discussão, ao mesmo tempo em que possibilitam uma análise mais concreta deste objeto social.

No segundo capítulo, visualizamos o contexto teórico sobre representações sociais. Enquanto construções cognitivas, nos possibilitam compreender o processo simbólico sobre família, construído social e historicamente pelos diferentes grupos humanos. Elas ordenam e dão um significado a esta realidade.

Finalmente, no último capítulo, imergimos na realidade concreta da família em Maceió-AL, referindo a metodologia e a análise dos dados coletados. Assim, procuramos desvelar este objeto, verificando sua interface com o contexto das classes sociais e os elementos atuais das suas representações sociais.

A possibilidade de conhecer mais profundamente a família é uma condição fundamental para compreender seu perfil frente a cada classe social, pois é um equívoco defini-la a partir de um único modelo. Este é um compromisso de todos que visualizam

estratégias de ação de qualquer tipo para a família, evitando-se rotulações e ideologias que interessam a grupos dominantes, numa sociedade capitalista.

Estamos conscientes das limitações deste trabalho, apesar de reconhecermos seu valor enquanto discussão teórica das práticas sociais das diferentes instituições voltadas para a família.

# CAPÍTULO I

## A FAMÍLIA

A família, enquanto organização social, é o elemento central deste trabalho. Sua forma de organização, as relações estabelecidas entre seus membros, as mudanças ocorridas ao longo do tempo, as interações do seu dinamismo interno com a realidade exterior que a envolve, são alguns dos elementos que nos interessam. Entretanto, as representações sociais elaboradas pelos seus membros sobre tal realidade, referenciadas em cada classe social, constituem a perspectiva central desta tarefa.

O conhecimento sobre a família (ENGELS, 1978; SEGALEN, 1999; ARIÈS, 1981) elaborado a partir de princípios teórico-conceituais e conduzido com rigor metodológico, permitiu compreendê-la cientificamente, favorecendo possibilidades de intervenção ideológica, política, cultural, educacional e religiosa. As políticas públicas para a família se estabeleceram, assim, a partir deste contexto teórico, buscando atender suas limitações e possibilidades, enquanto organização social. Da mesma forma, os processos educacionais, religiosos ou culturais sobre a família são permeados a partir deste contexto teórico-científico, possibilitando um construto sócio-cognitivo capaz de gerar tentativas de estabilidade na dinâmica social da organização familiar.

Dessa maneira, *“a ciência [sobre a família] desempenha um importante papel como fonte de conhecimento do cotidiano e (...) como autoridade para legitimar e justificar decisões cotidianas e posições ideológicas”* (WAGNER, 2000:4). As explicações científicas possibilitam, assim, a sistematização do cotidiano tanto quanto a justificação de convicções ideológicas existentes. Aquelas dão unidade à compreensão da realidade, ao mesmo tempo em que são utilizadas como fundamento para intervir ideologicamente na realidade.

O processo de construção do conhecimento sobre um determinado objeto é, além do contexto do rigor científico, elaborado a partir da comunicação desenvolvida nos grupos sociais e dos resultados obtidos pela mesma. Surgem, assim, formas de pensar sobre as coisas, resultantes de processos discursivos e socialmente construídos, elaborados pelo grupo, vindo a constituir as representações sociais. Estas delimitam características e sentidos dos objetos pesquisados nos contextos culturais dos indivíduos e grupos sociais, ainda que o conhecimento popular não tenha idéia da racionalidade científica presente nas teorias.

O conhecimento científico sobre a família não se situa diferentemente do contexto referido anteriormente. As diversas teorias, elaboradas histórica e culturalmente, permearam a construção das representações sociais sobre família. A família punaluana, a família sindiásmica, a família monogâmica, a família patriarcal e a família nuclear burguesa (ENGELS, 1978) são facetas deste procedimento científico, sobre as quais trataremos mais adiante.

Compreendê-las de acordo com o seu momento histórico, cultural e social, possibilitam visualizar a realidade atual da família e suas representações sociais. Estas deveriam determinar os elementos estratégicos das ações e programas desenvolvidos pelas políticas públicas.

Porém, o que é família? Como conceituamos esta instituição? A necessidade de defini-la apresenta-se pelo fato da busca de uma linguagem a mais próxima possível do real, assim como do cuidado metodológico com as diversas intervenções ideológicas nesta realidade.



## 1.1 - O QUE É FAMÍLIA?

O termo família sugere uma variedade de entendimentos, nem sempre contraditórios, delimitando tanto os indivíduos ligados por laços de consangüinidade e de casamento, como a instituição que estabelece relações psico-afetivas e sociais entre seus membros. Estes entendimentos, aliados às relações de interdependência econômica e de hierarquia, delimitam a constituição de cada célula familiar, diferenciando-as umas das outras. Estamos pois falando de uma instituição que designa tanto os indivíduos ligados pelo sangue e pela aliança, como a que rege os laços estabelecidos entre estes (SEGALEN, 1999:20).

Os romanos definiram família como englobando a esposa, filhos e escravos, sob o poder de um homem, caracterizando a compreensão cultural de um momento histórico, assim como definindo relações hierárquicas, típicas da família extensa e da família patriarcal (ENGELS, 1978:61). Porém, o termo família sofreu modificações, sendo utilizado mais ultimamente como o grupo de parentes ou conjunto de habitantes de uma mesma residência, formando o grupo doméstico. Tem-se, também, esta expressão, para designar uma linhagem ou conjunto de parentes que partilham de uma mesma história e de um patrimônio cultural e financeiro. Observa-se ainda a utilização deste termo para designar, metaforicamente, grupos políticos, culturais, religiosos ou comerciais, que tentam relacionar o sentido de família com os seus interesses pragmáticos (SEGALEN, 1999:20).

Neste trabalho, utilizaremos o sentido da família como sendo um grupo doméstico que partilha de uma unidade residencial, cujos membros têm estabelecido relações psico-afetivas, sociais e econômicas por um período duradouro das suas vidas. Trata-se de um período que possibilite o desenvolvimento da afetividade e da interdependência sócio-cultural, facilitando a vivência de experiências de crescimento e de frustração, aliadas à realização das expectativas de vida. Gomes, citado por Szymanski (1997:26), acrescenta a idéia de hierarquização entre as pessoas da família, garantindo o sentido de ordem e graduação. Entretanto, se isto facilita a tomada de decisões no núcleo familiar, nem sempre se aplica à forma de viver as relações afetivas e os sentimentos de interdependência.

A preocupação em definir “família” não é um aspecto central deste trabalho, exceto por questões metodológicas. Assim, procuramos consensuar em torno de aspectos essenciais à natureza da família: a interdependência dos seus membros; o estabelecimento de laços psicoafetivos; a constituição de um patrimônio cultural, material e financeiro; a definição de critérios que garantam sua reprodução biológica e social; a delimitação de princípios educativos que possibilitem a interação com a sociedade. O consenso em torno destes elementos constitutivos da natureza da família garante o seu tratamento em qualquer perspectiva teórica, sem deixarmos de considerar, entretanto, o significado das construções históricas e sociais, encontradas nas representações mentais elaboradas pelo conjunto dos indivíduos de um grupo. Desta forma, estaremos sempre fazendo referências a uma instituição social que permanece ao longo do tempo, adequando-se e manifestando-se em cada cultura e grupo social.

*“Resumindo: uma definição geral da família não pode ter importância científica desde que não existe uma família em geral. Existem tipos históricos específicos, de associações familiares”* (CERRONI, 1971:13). Assim, torna-se importante uma passagem por esta história, visando compreender a essência de cada tipo de família.

## 1.2 - A HISTÓRIA DA FAMÍLIA

A perspectiva histórica de um objeto é um dado significativo para compreender o seu processo de construção, desde que se garanta um tratamento metodológico do mesmo. *“O conhecimento do passado da família é indispensável, no conhecimento do seu presente, sendo um e outro indissociáveis”* (SEGALEN, 1999:10). No caso da família, os estudos históricos, mesmo considerando as formas familiares em cada época, sempre demonstraram o fato de a família ser uma instituição em contínua mutação. Porém, a contínua mutação não nos permite visualizar uma formação linear na construção histórica da família. Esta é pontuada pelo

desenvolvimento dos diferentes grupos sociais e culturais, não se verificando uma continuidade capaz de referir tipos familiares de melhor qualidade em detrimento do tipo anterior.

Os estudos iniciais sobre a família se fundamentam em teorias evolucionistas, com as colaborações de Bachofen em 1861, Mac Lennan em 1865 e Morgan em 1871, conforme referências de Engels (1978:7-113), Lasch (1991:50) e Segalen (1999:69-79). Bachofen, no seu trabalho intitulado *Direito Materno* defendia a tese de que o período patriarcal da família havia sido precedido de uma etapa matriarcal, presente nas sociedades primitivas. A filiação era, então, determinada pela linha feminina, pois a poligamia era aceita culturalmente, e as mulheres gozavam de prestígio por serem mães da jovem geração. (ENGELS, 1978:7-10).

Mac Lennan, ao referir-se à exogamia<sup>1</sup> e à endogamia<sup>2</sup>, encontrada em tribos bem diferentes, sustentou a tese de que a filiação continuava sendo pelo traço da linha materna. A exogamia decorria do costume de matar crianças do sexo feminino, logo após o nascimento, determinando a existência de poucas mulheres nestes grupos humanos. Implantou-se, inclusive, o rapto de mulheres de outras tribos e a poliandria<sup>3</sup>. O fenômeno da endogamia, entretanto, era uma exigência do costume verificado em outras tribos, no sentido de que os homens só podiam procurar esposas no seio do seu próprio grupo. Morgan, por sua vez, desenvolveu a tese da divisão da tribo em grupos de gens consangüíneos, por linha materna. Nestes grupos era rigorosamente proibido o matrimônio, devendo os homens relacionar-se com mulheres da mesma tribo, mas não do mesmo grupo de gens. Morgan avança em sua análise referindo que havia várias formas de ser família, estabelecendo-se assim, o tipo de parentesco, conforme veremos adiante. Ainda que se definisse a filiação pela linha materna, cada filho era considerado como tendo vários pais e várias mães. Esta característica de matrimônio por grupos (poligamia ou poliandria) não exclusivava a relação matrimonial apenas em um homem e uma mulher (monogamia). Dessa forma, Morgan estabeleceu os diferentes sentidos de ser família: consangüínea, punaluana, sindiásmica e a monogâmica (ENGELS, 1978:37-81).

---

<sup>1</sup> Os homens deveriam buscar mulheres fora da tribo.

<sup>2</sup> Os homens só poderiam procurar mulheres na própria tribo.

<sup>3</sup> A posse de uma mesma mulher por vários homens.

A família consangüínea se estruturava em círculos, tendo os avós no círculo central, seguido dos seus filhos, os filhos de seus filhos (netos) e os bisnetos. Apenas os pais e filhos se excluía de possíveis matrimônios entre si, devendo os outros formar casais. A família punaluana absorve o costume de casais não consangüíneos, estabelecendo, porém, aspectos diferentes nestes grupos. Irmãos e primos não podiam ter um casamento comum, estabelecendo relações carniais com todas as demais mulheres e homens da tribo, deixando de tratarem-se como irmãos ou primos, mas como “punaluas”. O sistema de parentesco, a partir daí, começa a assumir um outro aspecto: os filhos das irmãs de minha mãe ou dos irmãos de meu pai, são meus irmãos; por outro lado, os filhos dos irmãos da minha mãe ou das irmãs de meu pai, são meus primos. Entretanto, a descendência continuou sendo estabelecida pelo lado materno.

A família sindiásmica caracterizou-se por uniões mais ou menos longas, onde o homem ou a mulher tem um par preferencial entre as demais mulheres ou homens. Entretanto, o casamento entre todos os parentes continuou diminuindo, frente à seleção natural dos gens. O matrimônio por grupos iniciou um processo de involução, pois a evolução da família pré-histórica tende a reduzir o círculo central que antes abarcava a tribo inteira. As mulheres, por questões místicas e culturais, já não estavam tão disponíveis para qualquer possibilidade de união, passando a praticar o amor livre com os homens que escolhessem, até adquirirem a permissão para o matrimônio. Estas, *“por força do desenvolvimento das condições econômicas (...) e da densidade cada vez maior da população”* (ENGELS, 1978:56), percebiam os atos sexuais como sendo opressores, ansiando pelo direito ao matrimônio, temporário ou definitivo, com um só homem. Esta atitude passou a caracterizar uma fase pré-monogâmica da família.

As novas forças econômicas – o homem como proprietário de animais, adquirindo riquezas – passaram a delimitar as relações familiares. Ao homem cabia cuidar das formas de sustentação da estrutura familiar, tornando-se, assim, proprietário dos animais, instrumentos de trabalho e escravos. Mantinha-se a descendência pela linha feminina, o que levava os filhos a não herdarem as riquezas do pai. Porém, o aumento das riquezas do homem aumentou a fragilidade da linhagem feminina, provocando uma alteração significativa dos costumes: os filhos assumiram a filiação masculina e a hereditariedade das riquezas do pai. Estabeleceu-se, assim, o passo intermediário para a família monogâmica, pois o homem precisava garantir a paternidade dos filhos com a exclusividade da mulher.

A família monogâmica caracterizou-se pelo predomínio do pai, com a finalidade de procriar filhos, que se tornarão herdeiros das suas riquezas. Assim, só o homem pode romper os laços conjugais, podendo exercitar a infidelidade conjugal, exigindo-se da mulher a fidelidade conjugal. Portanto, apenas à mulher é imposta a monogamia. *“Foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas econômicas, concretamente no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, originada espontaneamente”* (ENGELS, 1978:70). A monogamia, portanto, não entrou como uma forma mais elevada de matrimônio, mas como a escravização de um sexo pelo outro, a escravização do sexo feminino pelo masculino. Estes antagonismos e contradições estão presentes na sociedade civilizada, mantendo suas características básicas até o momento presente dos grupos humanos. Desta forma, a monogamia vê-se atrelada à infidelidade permitida aos homens, à prostituição feminina enquanto forma de garantir a infidelidade masculina e o adultério feminino da esposa reprimida pelo marido.

É importante considerar aqui o quanto a monogamia visava conservar a transmissão dos bens por herança, tornando-se assim um matrimônio por conveniência. Desta forma, os homens das classes dominantes exigiam a fidelidade das suas mulheres ao mesmo tempo em que alimentavam a prostituição com as mulheres das classes oprimidas ou as escravas. Entretanto, no proletariado, homem e mulher eram desprovidos de riquezas, não garantindo a monogamia no sentido etimológico da palavra.

Assim, concluímos que

*“há três formas de matrimônio, que correspondem aproximadamente aos três estágios fundamentais da evolução humana. Ao estado selvagem corresponde o matrimônio por grupos, à barbárie, o matrimônio sindiásmico, e à civilização, corresponde a monogamia com seus complementos: o adultério e prostituição”* (ENGELS, 1978:81).

As teses evolucionistas aqui tratadas, permitem visualizar que a organização familiar está intimamente ligada aos processos econômicos e/ou culturais de cada época e de cada grupo humano. Entretanto, as mudanças adaptativas da família exigidas pelos processos da industrialização e da urbanização, fortes movimentos sócio-econômicos dos séculos XIX e XX, necessitavam de uma análise mais sociológica do que evolucionista. A análise histórica e evolucionista já não dava conta, naquele momento, do debate funcional da sociedade

(LASCH, 1991:52). O movimento da industrialização desenvolveu uma reformulação da ordem familiar, pois esta, enquanto participante do processo de produção social, vê-se compelida a alterar suas relações internas e externas. A família permanece, apenas, como o espaço de reprodução biológica e do estabelecimento de vínculos afetivos. A reprodução social é realizada fora da família, cabendo à esta uma participação restrita, garantindo a prontidão dos seus membros para a ação na esfera da produção. Neste sentido, Parsons (apud SEGALEN, 1999:104-105) afirma que a família, ainda que alterada pela revolução industrial, mantém valores opostos à sociedade moderna, vendo-se reduzida à forma nuclear dos seus laços de parentesco.

A urbanização, enquanto consequência da industrialização, delimita, por sua vez, para a família, espaços e tempos diferenciados dos existentes nas sociedades primitivas. Porém, ainda que se aceite os elementos conservadores da estrutura familiar, é importante referir que o fenômeno da urbanização da família já esteve presente em períodos anteriores, não sendo, portanto, característica iniciada com a modernidade. No sentido da interação da família com este novo fenômeno, Durkheim (apud SEGALEN, 1999:26-27) refere a necessidade de métodos científicos que possibilitem compreender as novas formas de ser família como resultado dos modelos antigos. Assim, *“a família de hoje não lhe parece nem mais nem menos perfeita do que a de outrora, apenas diferente por que as circunstâncias são diferentes”* (SEGALEN, 1999:27), não hierarquizando os diferentes tipos familiares. Desta forma, apresenta a tese da “contração” da família como fato constante da sua história, enquanto determinante da estrutura familiar composta pelos cônjuges e consangüíneos. Esta justifica a família como sendo uma “comunidade de sustentação”, não inserida na dinâmica produtiva da sociedade e dependente, juridicamente, dos títulos e transmissão dos patrimônios individuais. Os elementos extraconjugais são excluídos desta estrutura, restringindo assim as funções sociais da família (CERRONI, 1971:17-22).

A Escola de Chicago (LARSCH, 1991:57-60 e SEGALEN, 1999:27-29), partindo da análise dos processos causados por uma rápida urbanização, discutiu o desgaste das formas tradicionais de autoridade, presentes na família. Esta desagregação da cultura familiar tradicional conduziu, assim, à compreensão de uma nova forma de ser família, baseada na interação de personalidades onde cada membro da família se dedicava a seus próprios interesses, resignando-se ao individualismo. Desta forma, a Escola de Chicago concentrou-se na função “afetiva” da família, ignorando as consequências do racionalismo econômico. A

família inicia um processo de perda da função educadora e da função econômica, agora realizadas pelo Estado, ficando apenas como espaço de realização do “amor romântico” e refúgio para os adultos se capacitarem para a produção na sociedade moderna. A qualidade da vida matrimonial, inclusive, passa a ser mais importante que a preocupação com a paternidade e a socialização das crianças.

Esta tendência conduz-nos, então, ao entendimento sobre a família moderna, compreendida no contexto das relações sociais mais globais. A atomização dos indivíduos, exigida pela maior divisão social do trabalho, diminui a esfera da atividade do grupo familiar. As delimitações de sexo e de sangue adquirem um status marginal, evidenciando-se as relações presentes no grupo e modeladas no contexto da divisão social do trabalho. O ingresso da mulher e dos menores no ciclo de produção de riquezas provoca uma modificação estrutural da instituição familiar, diminuindo as funções de produção econômica familiar. A comunidade de produção passa a ser substituída pela de formação de personalidades e de sustentação econômica. Nos países capitalistas observam-se fenômenos, tais como: uma redução da importância da autoridade familiar, maior facilidade nos processos jurídicos envolvendo menores, tendência à paridade de direitos entre cônjuges e menor rigidez nas relações familiares (CERRONI, 1971:30). O Estado capitalista retira da família as funções de assistência, providência, educação, proteção aos menores e incapazes, estimulando a concepção individualista de sociedade e a socialização daquelas funções. A vida afetiva da família parece então, subestimada pelas determinações da produção capitalista e das formas materiais da vida social. Entretanto, esta compreensão não é suficiente para dar conta da família moderna, como veremos adiante. As relações afetivas não se esgotam nas relações sociais que surgem deste contexto, ao mesmo tempo em que se realizam com a plena aceitação pública de direitos e deveres por parte dos seus membros.

Portanto, a análise empreendida até aqui não nos autoriza a considerar a história da família com uma linearidade, onde cada estágio depende do anterior ou de um aprimoramento dos seus modelos. O que se tem claro é a existência de padrões familiares distintos, com a sua própria história. Desta forma, passemos a aplicar esta análise à família brasileira, foco mais objetivo deste trabalho.

### 1.3 - A FAMÍLIA BRASILEIRA

A estrutura familiar brasileira percorreu, de certo modo, o caminho dos modelos europeus, estruturando-se como família patriarcal e passando pela família moderna, até chegar ao estágio atual. Os estudos detem-se na compreensão de família a partir da chegada dos portugueses, desconsiderando a realidade dos grupos indígenas, já instalados no território brasileiro. Com a chegada dos portugueses, trazendo o modelo da família patriarcal, aliada aos modos de ser da família escrava e à organização familiar de grupos emigrantes no sul do Brasil, definiram-se discrepâncias significativas na estrutura familiar brasileira. Foram diferentes modos de ser família, conforme a classe social que a delimitou.

O estudo inicial sobre a família brasileira se dá com Gilberto Freire (1977) que define o modelo patriarcal como sendo o adequado para a sua compreensão. Este modelo, trazido pelos portugueses, sofreu algumas adaptações, com características marcantes do patriarcalismo e do conservadorismo (SAMARA, 1987:30), encontrado com mais frequência na região canavieira do nordeste e dominando a vida do Brasil-Colônia. As relações entre desiguais (homem e mulher, branco e negro, senhor e escravo, senhor e agregado) delimitam este modelo, integradas hierarquicamente, produzindo um quadro de brandura e acomodação. As características objetivas da família extensa passaram a ser subsumidas por este modelo, possibilitando a vivência de relações familiares que vão além dos laços de consangüinidade e de parentesco.

Trata-se, assim, de uma família rural, escravista, sendo o seu patrimônio constituído pela esposa, filhos, escravos, agregados, gado, bens imóveis e móveis, sob a autoridade do patriarca. Além disso apresenta-se como uma família com elementos poligâmicos, pois ao homem branco são possíveis todas as relações sexuais ativas, enquanto que das mulheres brancas se exige a castidade e a fidelidade (ALMEIDA, 1987:55). O clientelismo e o populismo das relações de trabalho e poder, assim como os feudos políticos e a aparente “cordialidade” dos membros da família, são as formas públicas de melhor visualização deste modelo.



Porém, no caso brasileiro, este modelo, longe de se ater aos grupos humanos rurais, se incorporaram à sociedade patriarcal transplantada para as cidades, baseada no latifúndio e no trabalho escravo.

Estabeleceu-se, assim, que esta seria a forma típica da família brasileira, fato este não encontrado em boa parte das famílias do sul do Brasil (SAMARA, 1983:18), excetuando-se as famílias mais abastadas. A submissão da mulher, característica marcante do modelo patriarcal, era contrastada com a imagem das mulheres negras, brancas pobres, prostitutas, vagando em busca de sobrevivência. Ao lado disso, o quadro de submissão não se confirmava em boa parte das famílias paulistas (SAMARA, 1987:34-35), pois as mulheres, com a participação ativa na família e no gerenciamento de propriedades, geravam tensões para a relação conjugal, produzindo a insatisfação.

Portanto, as diferenças percebidas entre a realidade nordestina e a sulista nos dizem que não houve uma família brasileira padrão. A mulher sulista, ainda que parcialmente submissa, era ativa e não passiva. A família negra (escrava) não era reconhecida na sua condição humana, sendo tratada como “coisa” possuída de “inumanidade”.

No século XIX, entretanto, instala-se o modelo de família nuclear burguesa, calcada no modelo anterior do patriarcado, trazido da Europa. Trata-se de uma “(...) *família intimista, agindo e circulando no espaço delimitado do privado, ao qual se opõe o espaço do público; à família que não se confunde com a área da produção, caracterizando-se por somente uma unidade de consumo(...)*” (ALMEIDA, 1987:57). Esta família moderna, ainda que não se oponha à família patriarcal, foge dos elementos rígidos das relações familiares, adaptando-se às novas exigências da urbanização e da industrialização.

A chegada deste novo modelo coincide com a implantação da república e a construção da ordem burguesa no Brasil. A mulher é estimulada a se tornar uma “nova mulher”, sendo educada para desempenhar o papel de mãe e de suporte do homem envolvido no processo de produção. Esta deveria ser prendada, devendo saber ler e escrever, para facilitar sua missão (NEDER, 2000:31). Este novo modelo evidencia o apreço burguês pelo trabalho, o gosto pela cultura artística, pelo conhecimento científico, a busca pelo equilíbrio e a contenção moral (COSTA, 1989:249). Entretanto, para que este homem conviva com essa nova forma de ser da mulher, assume o “machismo” nas suas relações com aquela. A ele

incorporam-se valores tais como a dominação, a agressividade, o narcisismo e a sexualidade incontrolada. Trata-se de um fenômeno que esteve sempre presente junto ao processo de industrialização e serviu de esteio ao modelo político da realidade brasileira. Assim, para Bourdieu (apud OSTERNE:29), *“a dominação masculina está suficientemente assegurada para precisar de justificativa(...)”*.

Neste novo formato, as famílias negras (agora ex-escravas) permaneciam excluídas do conjunto da sociedade brasileira. Atribuía-se a elas a impossibilidade de participar do desenvolvimento, pois não foram educadas para tal e continuavam sem as condições humanas de inteligência e aptidão, próprias do senhorio. As oligarquias que assumiram o controle do Estado não desenvolveram políticas públicas voltadas para estas famílias, pois julgavam ser ineficazes, considerando-se a situação de não educação e incapacidade biológica das mesmas.

A Igreja Católica, a partir daí, passa a assumir um papel fundamental, junto ao Estado, quanto à preocupação com a família. A assistência social, designada como Serviço Social (serviço no sentido evangélico), realizada fundamentalmente por mulheres, responsabiliza-se pelo atendimento às famílias carentes (pobres). Porém, num contexto moralizante e de controle sexual, típico da matriz ideológica européia da época.

As famílias pobres constituem um aspecto marcante na organização familiar brasileira. Atribui-se, inclusive, este modelo às classes populares, marcadas pela pobreza e pela irregularidade dos vínculos familiares. Determina-se que o fenômeno da criança perambulando pelas ruas é causado pelo descuido destas mulheres e pela “irresponsabilidade” de parirem muitos filhos.

*“Esta ótica (...) continua exercendo, ainda hoje, influência institucional e profissional, tanto nos órgãos oficiais como nos não-governamentais, reproduzindo (...) um desempenho bastante comprometedor no tratamento da família como um todo”* (TAKASHIMA, 2000:82)

Entretanto, é importante considerar que as famílias pobres suburbanas estão subsumindo a família nuclear, pois possuem características de família ampla, formada por conterrâneos. A solidariedade parental e conterrânea delimita uma vida em comunidade com a identidade fundada pela carência, sangue e terra natal. É verdade que alguns elementos da

família moderna começam a se instalar: menos filhos, mulher como força de trabalho, o homem mais como provedor do que como chefe. Além disso, o apoio das Igrejas a estas famílias criou uma rede de suporte emocional, afetivo e material, apesar de muitas vezes funcionarem como amortecedor da revolta e indignação contra as injustiças sociais. Desta forma, a cultura da subalternidade convive com uma alienação consentida, ausência de privacidade e de estímulo à promiscuidade e alcoolismo (CARVALHO, 2000:96-100).

Assim, tanto a família brasileira como a família contemporânea necessitam ser mais bem compreendidas, frente à atualidade, como veremos a seguir.

#### 1.4 - A FAMÍLIA HOJE

A existência de diferentes tipos de família, ao longo da história da sociedade humana, conduz-nos a querer compreender a sua realidade atual. Esta é resultado dos processos histórico-culturais vividos pela instituição familiar, mas também está modelada por interações com os elementos sócio-culturais da sociedade atual. O mesmo não pode ser dito sobre as representações sociais sobre a família. Elas guardam dimensões específicas construídas por grupos sociais determinados no tempo e no espaço. As diferentes formas de elaboração das mesmas possuem elementos comuns, mas se caracterizam pela especificidade de um grupo social.

A perda de algumas das suas funções para o Estado, no estágio da família moderna, iniciou um processo de descrença sobre a sua finalidade assim como o anúncio da “sua morte”. O movimento feminista, enfatizando a reação contra a domesticidade, fundamentou acusações significativas à família (LASCH, 1991:17). A família está em crise? O casamento é um estado desejável? Para que ainda serve a família? A qualidade da vida familiar depende da

qualidade da vida matrimonial? Estas questões, surgidas na modernidade, são acompanhadas de um processo de intervenção do Estado, através das políticas públicas, capaz de assumir as funções protetoras e educacionais dos seus membros, assim como da necessidade de clarificação das relações afetivas elaboradas internamente no núcleo familiar.

As políticas públicas sobre a família, consubstanciadas em novas formas de ser família, serão tratadas mais adiante. Interessa-nos agora fazer um percurso sobre as relações afetivas vivenciadas na interação dos partícipes da família, atualizando-as para o momento específico da sociedade.

O indivíduo, para tornar-se ele mesmo, necessita da presença e do olhar do outro, construindo assim sua identidade. Desta forma, elaboram-se formas de afeto, nas quais se encontra um *“espaço favorável à revelação progressiva da identidade pessoal”* (PEIXOTO, 2000:16). A instituição familiar apresentou-se como esta possibilidade de afirmação do eu, abrindo espaço para a expressão pessoal e a autonomia de cada um de seus membros. Os cônjuges, os pais, os filhos e os parentes exercem esta tarefa, consolidando o “eu” dos diferentes indivíduos envolvidos nesta trama. Assim, a família é o terreno privilegiado da formação do indivíduo, regulando as atividades relacionadas ao sexo e à reprodução humana, dentre outras.

As relações afetivas constituem uma força propulsora, no quadro de valores das sociedades contemporâneas, a ponto de poderem criar novas relações sociais. As formas de escolha do parceiro conjugal, assim como do rompimento desta parceria e a possibilidade de recompor uma nova relação, estão presentes na busca de relações afetivas estáveis e livres, garantindo-se assim a afirmação da individualidade. Além disso, o tempo de permanência da relação afetiva, na conjugalidade, transforma o sentimento amoroso inicial em comportamentos de companheirismo e solidariedade (PEIXOTO, 2000:154).

Porém, é importante considerar a operacionalização dos vínculos afetivos das crianças no contexto familiar. Eles pertencem a uma rede familiar que os delimita, modelando-os de acordo com a cultura em que esta está inserida. Estes vínculos são vitais para os recém-nascidos que dependem totalmente deste ambiente de acolhimento e afeto. Seu crescimento está diretamente relacionado à participação de um outro significativo (VICENTE, 2000:49).

Este outro pode não ser os pais biológicos. Porém, o desenvolvimento da criança ficará bastante comprometido com o rompimento das relações afetivas desde o seu nascimento.

Os elementos até aqui considerados, permitem-nos visualizar as relações afetivas presentes na contemporaneidade do modelo familiar. Entretanto, necessitamos avançar no sentido de compreender este modelo na realidade atual.

Sendo assim, questionamos sobre o que há de novo no modelo familiar. Parece haver elementos novos resultantes do processo dinâmico da realidade em que está inserida. A urbanização acelerada, a dinâmica das relações de produção, a modernização das formas de reprodução da vida coletiva e a globalização da economia capitalista têm impactado o modelo familiar, delimitando novos arranjos e alterações de funções e definindo as formas de organização da vida coletiva. Os centros urbanos definem contrastes, reservando espaços “nobres” para a parcela da população que dispõe de melhores condições materiais assim como de espaços para o processo econômico-industrial e comercial. Em contrapartida a este modelo de ocupação urbana, encontram-se os espaços mais distantes dos centros anteriormente citados, constituídos por uma pobreza estrutural, construída, na sua grande maioria, por migrantes da zona rural. São grupos periféricos que participam do processo cíclico da produção capitalista, mas que não têm acesso aos bens resultantes desta produção. Nesta nova condição, o modelo de família pobre é, perversamente, aliado ao da família irregular. Entende-se assim que elementos constituintes desta família não atendem a uma qualificação *a priori*, pois esta é considerada responsável pela evasão escolar, péssimas condições de educação sanitária e pela fragilização dos vínculos familiares definidos no modelo de família nuclear burguesa.

As relações entre família e pobreza vêm assim despertando a atenção de estudiosos (GOMES, 1997; NEDER, 2000; VICENTE, 2000), compreendendo-se que este fenômeno social, por ser resultante da combinação de vários fatores, delimita novas formas de modelo familiar.

A participação da mulher no sistema produtivo, alterando a configuração familiar, é conseqüência de duas variáveis significativas: a mulher que pretende desenvolver suas potencialidades como ser humano, fora do ambiente doméstico; a necessidade de assumir responsabilidades no sustento familiar, face à fragilidade do mercado de trabalho disponível

para o homem. É bem verdade que a mulher da classe trabalhadora já participava ativamente do processo produtivo no início da industrialização. O que se tem de novo é a participação das mulheres de camadas média e alta no mercado de trabalho, preenchido anteriormente pela quase totalidade dos homens (Sarti, apud BONFIM, 1998:30). A participação da mulher neste mercado gera um vazio nas funções de criação, sustentação e educação dos filhos, corroboradas, ainda, com a retirada destas funções por parte do Estado, que passa a assumí-las quase integralmente. A entrada dos filhos, ainda menores, no mercado de trabalho é também uma característica desta realidade. Entretanto, não é um fenômeno novo, pois a classe trabalhadora já estava engajada há mais tempo nesta realidade.

Em decorrência destas novas circunstâncias, tem-se observado uma diminuição do tamanho da família, visando sobreviver à distância entre os ganhos salariais e os recursos necessários para garantir o sustento do grupo familiar. O tamanho médio das famílias caiu de 4,2 membros (1984) para 3,8 (1992) e 3,4 (1999) (BRASIL, IBGE - PNAD, 2000). A diminuição do tamanho da família é também verificada com o fenômeno da queda da taxa de fecundidade (número médio de filhos por mãe), apesar de ser uma característica mais marcante dos países desenvolvidos. No caso brasileiro, a taxa de fecundidade caiu de 5,76 (anos 70) para 4,35 (anos 80) e 2,3 (anos 90) (KALOUSTIAN, 2000:173). Trata-se aqui de um fenômeno preocupante, pois a família ainda é o espaço da reprodução humana, ainda que este não se estruturasse da mesma forma em todos os grupos e classes sociais.

Nesta perspectiva de atualização do modelo familiar, é importante também considerar as conseqüências do aumento de dissolução dos vínculos matrimoniais e familiares, possibilitando novas recomposições da estrutura familiar como também o aumento do número de pessoas vivendo sozinhas. No censo de 1991, o IBGE contabilizou um aumento de 300% na taxa de processos de divórcio, em relação a 1980. Este dado é confirmado com uma queda nos índices de casamento legais, passando de 57,8% em 1991, para 50,1% em 2000, conforme Censo de 2000 (BRASIL, IBGE - 2000). Da mesma forma, o Censo de 1991 revelou um aumento de 22% no número de pessoas morando sozinhas, de 1980 a 1991. Em decorrência disto, tem aumentado o número de famílias chefiadas por um só dos cônjuges, recaindo este fato, com maior preponderância sobre as mulheres. No Brasil, 15% do total de famílias, em 1990, são chefiadas por mulheres viúvas, descasadas ou solteiras (KALOUSTIAN, 2000:135). O Censo de 2000 (BRASIL, IBGE - 2000) revelou que, em 2000, 26,7% das famílias estavam sob responsabilidade da mulher, quando em 1999 era de

20,5%. Estas delimitam novo arranjo familiar, pois as mulheres passam a dispor de menos tempo para as atividades domésticas, sendo obrigadas a trabalhar fora de casa, muitas vezes com baixa remuneração e precária proteção social (PEREIRA, 1995:104). O PNAD (BRASIL, IBGE - 2000) revelou que, em 1995, o rendimento médio das mulheres era em torno de 62,6% do dos homens, passando para 69,1% em 1999. Desta forma, a solidariedade familiar, típica dos mecanismos tradicionais, restringe-se a uma interação limitada entre os membros da família, exigindo uma nova formatação da organização familiar. O Censo 2000 (BRASIL, IBGE, 2000) revelou que o rendimento médio do homem com mais de 10 anos era de 218, naquele ano, enquanto que o da mulher era 127, para o Estado de Alagoas. No caso do Brasil, este rendimento subia para 436 para o homem e 197 para a mulher.

O fenômeno da “feminização da pobreza” (PEREIRA, 1995:105) é consequência desta precária inserção da mulher no mercado de trabalho, pois este a trata diferente, além de sofrer um tratamento desigual junto às agências de proteção e de seguridade social. As mulheres têm menor salário, condições deterioradas nas relações de trabalho, dificuldade de ter emprego e oportunidade de ascensão profissional, se compararmos às condições dadas aos homens.

É importante também considerar, nas sociedades modernas, a expansão da individualidade no núcleo interior da família, pois esta é pontuada tendo a solidariedade e a reciprocidade como elementos característicos desta instituição social. Trata-se de um projeto da contemporaneidade, baseado no processo da liberdade, que evidencia a autonomia como elemento de destaque no cotidiano da família. Este coloca em questão o exercício da autoridade e a divisão de papéis vividos no ambiente doméstico. O exercício da autoridade não está mais pautado em regras preestabelecidas, mas numa complexidade de negociação e divisão de papéis (BONFIM, 1998:35). Sarti, apud Bonfim (1998:36), descreve, entretanto, que isto não se aplica às famílias pobres.

*“No universo cultural dos pobres, não estão dados os recursos simbólicos para a formulação deste projeto individual que pressupõe condições sociais específicas de educação, de valores sociais, alheios a seu universo de referências culturais, tornando projetos individuais inconcebíveis e inexecutáveis”.*

Pode-se concluir que estas famílias vivem, assim, um processo de desorganização, pois não atendem mais o parâmetro de normalidade da família burguesa, vivenciando conflitos entre o objetivo daquele grupo e os desejos individuais. Estes têm a função de reavaliar a dinâmica própria da estrutura familiar, possibilitando sua reorganização e a busca de estratégias peculiares de sobrevivência.

Todos estes elementos reforçam o debate em torno da valoração da família frente à sociedade. Da Matta (1987:125), reforça esta discussão afirmando que “(...) *uma reflexão mais crítica sobre a família permite descobrir que, entre nós, ela não é apenas uma instituição social capaz de ser institucionalizada, mas constitui também, e principalmente, um valor*”.

A família, assim, não exprime apenas um modo de ser, mas também de valor, pois os que referem a não ter família, são tratados como fora do espaço sócio-cultural. Isto reforça o princípio de que nos interessa participar de uma família, independentemente da sua estrutura organizacional, pois esta tende a garantir, na atualidade, o espaço para a individualidade e a solidariedade. Assim, passaríamos a ver as famílias como elas são, situadas num processo sócio-histórico específico, modelado pelos determinantes culturais e econômicos.

Frente a estes determinantes culturais e econômicos, interessa-nos agora fazer uma aproximação do significado da família ao contexto teórico de classe social.

## 1.5 - FAMÍLIA E CLASSE SOCIAL

Os estudos anteriores refletem a organização familiar como resultado das formas de produção sócio-econômica (ENGELS, 1978; ARIÈS, 1981). Assim, a cada modo de produção, encontra-se, historicamente, um ou mais tipos de organização familiar, verificando-



se sempre diferenças determinadas a partir do contexto das classes sociais. Estas estabelecem um movimento de conflito entre si, que, no marco do capitalismo, supervaloriza as classes mais favorecidas economicamente, em detrimento das menos favorecidas. Assim, a caracterização das classes sociais determina formas de ser e de compreender a organização familiar, resultantes das transformações sócio-culturais.

Porém, o que estamos dizendo, quando nos referimos à classe social? O que significa este termo, na atualidade? Trata-se de uma expressão tão facilmente utilizada no senso comum, porém carregada de conotações valorativas, ideológicas e sociológicas, capazes de gerar *“alternativas acadêmicas para um conflito real a respeito de orientações políticas”* (Lipset e Bendix, apud DAHRENDORF, 1982:15). Entendemos, aqui, classes sociais como sendo os *“grandes grupos humanos que se relacionam e lutam entre si para produzir o próprio sustento, criando relações de dominação para apropriarem-se do excedente gerado além do mínimo necessário à subsistência”* (RIDENTI, 2001:13). Portanto, é um conceito que evidencia o conflito entre os grupos, fundamentado na hegemonia dos interesses de cada um deles.

A revolução industrial marca o início da história do conceito de classe social, definindo dois estratos: os empresários e os operários. A indústria foi vista, inicialmente, como a possibilidade de realizar processos libertários. Porém, sob o capitalismo, não houve libertação humana, pois ela se sustentava na produção de mais-valia, na alienação do trabalho, no fetiche da mercadoria, desumanizando as relações sociais. Assim, para Marx, existem três classes específicas: a dos capitalistas, a dos proprietários de terras e trabalhadores assalariados. Estes se apresentam, respectivamente, como possuidores de capital, terras rurais e poder do trabalho, cujas respectivas fontes de renda são o lucro, o arrendamento e o salário (RIDENTI, 2001:15). Portanto, seriam três classes no sentido pleno, delimitadas no modo de produção capitalista, com interesses diferentes, polarizados pela relação capital/trabalho.

Os proprietários fundiários, frente à polarização referida, são uma classe de transição, pois, paradoxalmente, a posse da terra pelo capital cria condições mais favoráveis para o próprio capital, ao mesmo tempo em que imobiliza parte do valor na aquisição da terra.

Os capitalistas se definiriam pela posse do capital, seja de ordem industrial, comercial ou financeira, caracterizando-se o lucro como o ganho do empresário, associado ao ganho dos

juros. A posse do capital se potencializa, assim, com o lucro do capital, o domínio de tecnologias e a compra da força de trabalho do trabalhador assalariado.

Na classe dos trabalhadores se incluiriam os assalariados produtivos e os improdutivos (RIDENTI, 2001:16). Portanto, todos os que vendem sua força de trabalho ao capital, ou diretamente (os operários industriais) ou indiretamente (os trabalhadores assalariados das empresas comerciais ou financeiras), situando-se no interior do processo global de produção. Para Marx e Engels (2001) esta seria a classe que realizaria a destruição do capitalismo e uma transição para o socialismo.

A complexidade desta compreensão também se apresenta quando do entendimento sobre classes intermediárias, que não estariam delimitadas no interior do processo global de produção, tal como referidas anteriormente. Os camponeses e artesãos, que são produtores de mercadoria, realizando trocas com agentes pertencentes ao interior do sistema produtivo. Os assalariados do Estado e os domésticos, que se poderiam qualificar como improdutivos, mas obtendo ganhos dos fundos existentes na interioridade do sistema produtivo. Os trabalhadores assalariados, que, por ultrapassarem certos limites de qualificação e remuneração, se situam fora dos ganhos salariais dos inclusos na classe dos trabalhadores. Há ainda os que vendem serviço (profissionais liberais, artistas independentes,...) que poderiam ser caracterizados como improdutivos, mas que são proprietários dos seus meios de produção.

Porém, a questão da propriedade privada é que fornece o elemento constitutivo das classes. Trata-se de um elemento particular da sociedade burguesa, que privatiza os meios de produção e estabelece o controle de uma minoria sobre a riqueza, gerando o conflito de classes. Assim, a condição material da existência de uma pessoa ou uma família, ou sua situação de classe tem por base a sua posição na produção (DAHRENDORF, 1982:24).

*“Na medida em que milhões de famílias vivem sob condições econômicas de existência que separam seu modo de vida, seus interesses e a sua cultura daquelas das outras classes e as colocam em oposição hostil a essas outras classes, elas formam uma classe” (Marx apud BOTTOMORE, 1988:62).*

É importante considerar aqui, algumas conseqüências para a sociedade, resultantes da organização da propriedade na produção: as relações de autoridade na sociedade em geral são

determinadas pela relação de autoridade na produção; as idéias construídas numa determinada época, são modeladas pela classe dominante, que controla os meios de produção material e da produção intelectual. Assim, a classe dominante domina e controla todos os aspectos da vida social, além de exercer o poder político de Estado, visando manter e reproduzir o modo de produção e as formas de sociedade existente.

Mas, a estruturação das classes passa pela organização dos interesses comuns na esfera dos conflitos entre elas. Trata-se de uma luta política por um interesse comum, por parte dos membros de uma classe, baseada nas relações de propriedade e poder. Desta forma, compreende-se que o conflito de classes é a força motriz da mudança social, pois a sociedade não é um todo harmônico ou estático. Estas práticas estão presentes na história, pois “*a história de todas as sociedades que já existiram é a história da luta de classes*” (MARX e ENGELS, 2001:9). Deduz-se assim, que a sociedade tem presente a comprovação de que o processo de reprodução social, através dos modos de produção, delimita a formação de classes sociais, com funções diferenciadas na divisão social do trabalho. Esta diferenciação gera conflitos, pois o sistema produtivo não garante ganho social iguais para os membros das diferentes classes. Porém, não se trata apenas da verificação de diferentes ganhos de produção, mas da existência de uma cultura de classe específica, que inspira valores, concepções de mundo e de homem, objetivos a serem alcançados e, por que não dizer, formas diferenciadas de compreender e representar o significado das instituições sociais. Os conflitos de classes são uma consequência lógica desta diferenciação, vividos no dia-a-dia das sociedades e estabelecidos através de práticas sociais específicas de cada instituição.

Porém, ao longo do desenvolvimento do capitalismo, e com a polarização da relação capital/trabalho, se verifica uma “*redução progressiva dos pequenos produtores(...), o crescimento dos improdutivos tanto dentro quanto fora da produção e(...) a separação entre a propriedade do capital e a função*” (Fausto apud RIDENTI, 2001:21). Neste sentido, surge a classe média, constituída pelos pequenos produtores, artesãos, profissionais independentes, trabalhadores de escritório, supervisores, técnicos, professores, funcionários públicos, etc (BOTTOMORE, 1988:65).

É uma classe intermediária entre a classe dos proprietários do capital e a classe operária, apesar de que nem sempre se tem definida a linha de separação das outras classes.

Ambas estão, no entanto, definitivamente separadas pela renda e nem tanto pela atividade ocupacional.

No caso da sociedade brasileira, a classe média remonta ao século XIX, acompanhando a lenta evolução das cidades. Esta iniciou seu fortalecimento no início do século XX, com “*as famílias dos funcionários, dos profissionais liberais, dos militares, dos pequenos comerciantes e artífices*” (SILVA, 1986:193). Alguns indicadores podem medir esse avanço, tais como: a demanda de bens de consumo em função do aumento do poder aquisitivo, o aumento da habitação por populações de renda média, o aumento da população urbana, a demanda pelos serviços essenciais do Estado, a expansão de ocupações terciárias e o crescimento da população universitária. É importante considerar que a renda não é suficiente para caracterizar sociologicamente a classe média, devendo considerar-se ainda o bairro residencial, prestígio social da ocupação, relacionamentos sociais e estilos de vida. Um traço importante dessa classe média é a inadequação entre os rendimentos salariais e o custo de suas aspirações, inflacionando o consumismo, o que demonstra não possuir uma cultura de classe. Trata-se, portanto, de uma classe situada entre a burguesia e a classe operária, nem sempre homogênea frente às acentuadas flutuações históricas da sua posição social. Uma classe intermediária entre os muitos ricos e os muito pobres, em termos de prestígio e renda e que desaparece quando da instalação de uma situação de conflito revolucionário.

Portanto, fica clara a existência de classes sociais delimitando a forma de ser família, uma vez que aquelas se estruturam de acordo com o poder sobre o processo de produção. Apesar da complexidade em atualizar os conceitos marxistas sobre classe, para a atualidade, a luta entre elas continua sendo o motor das transformações sociais.

Visando compreender melhor o sentido da luta de classes no contexto das políticas desenvolvidas pelo Estado, passemos a desvelar sobre o conjunto das políticas sociais para a família.

## 1.6 - FAMÍLIA E POLÍTICAS SOCIAIS

As políticas sociais de apoio à família se estabeleceram no rastro histórico do processo capitalista de produção, assumindo contornos de interesse do capital e garantindo condições adequadas ao processo de exclusão social. Assim como se organizam os trabalhadores, as mulheres, os idosos, os negros, os índios, os sem terra e os desempregados, as famílias também se estruturam em apoio a estes setores e efetivando ações que possibilitem o desenvolvimento dos seus membros.

Entretanto, o tratamento sócio-político da organização familiar nunca foi tema em evidência na discussão sobre a sociedade, nem elemento preponderante no dimensionamento dos movimentos e políticas sociais. Ela, quase sempre, aparece transvertida nas questões da sexualidade, da mulher, dos direitos da criança e do adolescente, do feminismo, etc. Sua realidade é tratada periféricamente, provocando uma desmobilização política frente à esta questão social.

Na Constituinte de 1988, os movimentos sociais de mulheres, crianças e adolescentes, índios, negros, camponeses sem terra, ambientalistas, idosos e deficientes, se fizeram presentes, mobilizando amplos setores da população. Entretanto, *“nenhuma força importante se apresentou avançando propostas em nome de um movimento de organizações familiares”* (COSTA, 2000:21), confirmando assim o aspecto periférico destas políticas.

A manipulação conservadora do tema por parte de entidades religiosas ou educacionais e das forças políticas dominantes, gerou uma dificuldade de articulação e mobilização de segmentos comprometidos com mudanças sociais amplas e profundas. Além disso, os anos 60, ao provocarem mudanças significativas nos caminhos do Serviço Social, libertando-o das amarras funcionalistas, trouxe a prevalência de uma visão transformadora e crítica da sociedade, incluindo a família no interior da questão mais ampla, contraditória e complexa do conflito de classes. Esta nova orientação relativizou a importância do trabalho com a família, em favor de ações junto à comunidade e movimentos sociais (COSTA, 2000:23). É importante ressaltar o caráter nucleador da família, pois lá também se encontra a realidade da mulher, da criança, do idoso, do adolescente, do homem, do trabalhador, etc.

Neste sentido, os movimentos sociais e as políticas públicas, voltadas para as instituições específicas da estrutura social, acabam alcançando a realidade familiar. Esta realidade é também resultante dos ventos do *welfare state* e dos direitos sociais, cunhados no mundo capitalista. Estes evidenciam o indivíduo como centro das políticas sociais em detrimento do foco voltado para a família ou comunidade. Porém, a crise do estado de bem estar refletiu uma certa consciência do esgotamento da perspectiva em torno do indivíduo, retomando a preocupação com a família e a comunidade.

Desta forma, compreende-se o motivo de as políticas sociais voltadas para a família ainda não terem apresentado resultados significativos, pois estas, de uma maneira geral, não alteraram o quadro de exclusão social e pobreza de grande parte daquela, no quadro da realidade brasileira. Acrescente-se a isso o fato de que as políticas sociais voltadas para família em si, não são prioridade para o Estado e as elites dominantes. É bem verdade que o tratamento dado pelo Estado mínimo ao conjunto das políticas sociais, se aplica às ações específicas voltadas para a família. Entretanto, não se pode perder de vista que a família é uma ilustre desconhecida na efetivação dos programas e políticas sociais (CARVALHO, 2000:101).

A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, refere como primeiro objetivo “a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice” (item I do Art. 2º da Lei 8742/93)<sup>4</sup>. Além disso, apresenta como um dos seus princípios “o respeito à dignidade do cidadão, a sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade” (item III do Art. 4º da Lei 8742/93)<sup>5</sup>. Portanto, ainda que a família seja um dos focos das políticas sociais, explicitadas nesta legislação, não se trata de uma focalização na família de “per si”, evidenciando-se também a maternidade, a infância, a adolescência e o idoso. Ela ainda faz parte dos maiores abandonados.

No caso das sociedades capitalistas onde se evidenciam os interesses das classes dominantes, as políticas sociais são conduzidas nesta perspectiva, assim como a organização familiar das diferentes classes sociais. São características marcantes do capitalismo, tendo o Estado como mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital. Nessa perspectiva, a

---

<sup>4</sup> Grifos nossos

<sup>5</sup> Idem nota anterior

política social se restringe a programas focais, dirigidos exclusivamente à parcela mais pobre da população, desresponsabilizando o Estado e fortalecendo os programas de caráter assistencialista. Assim, o Estado mantém políticas sociais de caráter marcadamente elitista e assistencialista.

Neste contexto, precisamos considerar de uma maneira especial, o “apartheid” social vivido pelas famílias mais pobres e que constituem a maioria da realidade brasileira. Trata-se de uma realidade enfrentada por estas no contexto de uma solidariedade conterrânea e parental, “*cuja identidade é marcada pela carência, sangue e terra natal*” (CARVALHO, 2000:97). É uma experiência que provoca a assimilação de novos valores no que se refere a número de filhos, força de trabalho da mulher e o tratamento dado ao homem como provedor em vez de chefe.

Uma outra forma de enfrentamento desta realidade é o estabelecimento de relações de apadrinhamento. Assim, a família cria laços com membros de classe média e alta, usufruindo as sobras do consumo destas. Estes “padrinhos” retomam ações sociais assistencialistas concretas, não investindo em políticas e serviços sociais de caráter público.

A estratégia de famílias usuárias da solidariedade missionária de Igrejas ou seitas, que criam serviços assistenciais, é uma terceira opção. Esta reproduz o “apartheid” social, pois alimenta a cumplicidade com a pobreza estabelecida.

Estas formas de enfrentamento nos permitem compreender a subalternidade (CARVALHO, 2000:100) expressa nos comportamentos destas famílias: alcoolismo, uso de drogas, participação em furtos e assaltos, explosões de violência urbana, agressões a membros da família (muitas vezes, crianças) e vizinhos. São formas de reação ao processo de exclusão arquitetado pelo capital, e que conta com o apoio de um Estado omissivo e ideologicamente elitista e concentrador de rendas. “*No contexto de apartheid social (...) essas famílias formam pequenas comunidades que, na verdade, se guetificam, dado o grau de pobreza e exclusão*” (CARVALHO, 1997:15).

Neste sentido, os programas de emprego e renda, complementação da renda familiar e redes de serviços de apoio psicossocial, cultural e jurídico, poderá fortalecer estas famílias, desde que estes reconheçam sua condição de cidadã e rompam com a cultura da tutela.

Neste trabalho interessa-nos compreender o foco das políticas sociais voltadas para a família enquanto forma adequada ou não às representações sociais das diferentes classes sociais. Interessa-nos verificar se aquelas atendem aos interesses, objetivos e valores propostos pelos membros destas.

Assim, inclui-se aqui uma breve discussão sobre o significado da teoria das representações sociais.

## CAPÍTULO II

### REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A teoria das representações sociais se apresenta com especial interesse para os objetivos deste trabalho. Pretende-se compreender como os indivíduos e/ou grupos percebem o objeto família enquanto construto cognitivo-social, determinado por condições sócio-históricas concretas. A realidade, assim, se objetiva numa cognição construída, possibilitando que o real se torne acessível aos indivíduos e aos grupos.

O trabalho em questão, ao suscitar as produções mentais dos sujeitos, sobre família, condicionadas pela realidade sócio-histórica, evidencia a compreensão de ideologias e pontos de vista sobre o mundo. Desta forma, possibilita uma reflexão especulativa sobre a utilidade



de conceitos simples, pouco sistematizados, que modelam a face do real (MOSCOVICI, 1961).

O objeto estudado – a família – ponto de encontro entre experiências individuais e vínculos interpessoais, ordena atitudes e opiniões que objetivam e são objetivadas através de representações sociais, capazes de delimitar um conjunto de práticas sociais. Desta forma, trabalhar este objeto no contexto da teoria das representações sociais, nos indicará as formas culturais do tema, a organização e a transformação daquelas, assim como a sua função mediadora entre pessoas e meio ambiente. As políticas públicas, ao serem elaboradas, deverão dar conta destes indicadores, tornando-se mais adequadas à realidade da família enquanto instituição social.

Porém, o que é uma representação social? Como se estrutura? Qual o seu dinamismo? Como pesquisá-la? A resposta a estas questões é o que se propõe a seguir.

## 2.1 - O DINAMISMO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A teoria sobre representação social, proposta inicialmente por Moscovici, surgiu na década de 60. Preocupado em compreender como a psicanálise se converte em um sistema de opiniões para um determinado grupo, trouxe à tona a interface entre sociologia e psicologia, fazendo uma análise entre representações individuais e representações coletivas, e visando a pesquisa do sentido sociológico do pensamento. *“Toute opinion ou représentation sociale est signifiée par des expressions socialisées”* (MOSCOVICI, 1961:9). Neste contexto, compreender a família é dar conta dos significados atribuídos e compartilhados pelos sujeitos, construídos na vivência diária, e capazes de ordenar e transformar esta realidade. A noção de símbolo é, então, acrescida à esta perspectiva, pois esta é uma idéia sobre um objeto,

partilhado pelas pessoas. É, portanto, discutir a relação objetividade/subjetividade, presente nas representações e na realidade social.

Entretanto, é importante considerar que a homogeneidade ao longo das gerações, é limitada. As sociedades estabelecem maneiras diferentes de pensar e de estruturar suas representações, impedindo uma universalização das mesmas, o que levaria à perda do social. Assim, passamos de representações coletivas para representações sociais, pois elas têm diferentes formas de emergir, de acordo com o seu grupo social. Além disso, a comunicação de sentimentos e idéias entre os indivíduos, enfatizam que o dado individual possa tornar-se social e vice-versa.

A complexidade da representação social nem sempre cedeu espaço à preocupação em defini-la. Esta tarefa não estava na centralidade dos seus teóricos por entenderem que isto poderia reduzir o alcance da compreensão sobre a representação social. Entretanto, segundo Moscovici, citado por Sá, temos a seguinte conceituação:

*“Por representação social entendemos um conjunto de conceitos, proposições e explicações, originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum”*(1996:31).

Esta conceituação nos possibilita dimensionar a representação social em três aspectos centrais: atitude, informação e imagem (campo da representação) (MOSCOVICI, 1961:261-293). A atitude é uma resposta organizada frente a uma situação objetiva da sociedade, caracterizando assim o contexto regulador presente na representação social. Assim, o objeto da representação social se apresenta mais bem focalizado para o indivíduo. A informação refere-se ao conjunto dos conhecimentos que um grupo possui a respeito do objeto da representação social. A imagem dimensiona o conteúdo concreto e limitado (campo da representação) sobre aspectos do objeto social da representação. Estes três elementos se apresentam diferenciados, conforme o contexto social e cultural de cada grupo. Desta forma, compreende-se o porquê a representação social sobre família tenha assumido características diferenciadas em função do contexto sócio-cultural.

A emergência das representações sociais é, então, direcionada pelo conhecimento elaborado no senso comum, pois neste interagimos uns com os outros (ROCHA:6). Este conhecimento explica os acontecimentos, processos sociais e idéias que estão ao nosso redor, pois é elaborado e compartilhado socialmente, além de possibilitar a descoberta do significado simbólico dos elementos presentes na nossa vida e que têm implicações históricas e cognitivas. É, portanto, um conhecimento prático, carregado de significações simbólicas.

Assim, as representações sociais estão presentes no dinamismo das comunicações entre as pessoas, além de contribuir para a formação e orientação dos comportamentos. Elas possibilitam a geração de um saber que facilita a troca social, operacionalizando a transmissão e o desenvolvimento cognitivo de valores e normas sociais. *“É desta maneira que podemos afirmar que as representações sociais sofrem interferências do contexto social, da conjuntura histórica, como também da ação dos indivíduos”* (ROCHA:8).

O estudo sobre a emergência de uma representação social, portanto, nos esclarece sobre as dimensões da realidade social, associadas à sua produção. São dimensões integradas ao processo cognitivo dos indivíduos e grupos, e que determinam a emergência de uma representação.

Moscovici (1961:360-362) aponta três situações sociais geradoras da representação social: dispersão da informação, focalização e pressão à inferência. A primeira condição refere o fato de que os indivíduos nem sempre têm acesso aos dados úteis que possibilitam o conhecimento completo de um objeto, em face da sua complexidade e das limitações sociais e culturais. Desta forma, o aparecimento de numerosas distorções sobre o objeto em questão não favorece a transmissão direta destes valores. A segunda condição conduz o indivíduo a focalizar apenas alguns aspectos do objeto, desinteressando-se pelos demais, pois o seu grupo social define tal tipo de visão. Neste sentido, o indivíduo fica impedido de ter acesso a uma visão global do objeto. A terceira condição trata do fato de que o indivíduo é levado a desenvolver opiniões e comportamentos, eliminando as zonas de incertezas do saber. Desta forma, o indivíduo tende a aderir às opiniões dominantes no grupo, visando atribuí-las uma certa validade.

Os indivíduos, frente a um objeto, nem sempre dispõem de informações completas, envolvendo-se com alguns aspectos mais dominantes e sendo levados a posicionar-se frente

ao mesmo, na perspectiva da opinião da maioria. No caso do objeto família, a emergência desta representação social é bastante evidente em função dos vínculos afetivos e de interdependência, que se estruturam. As informações sobre o objeto são, na maioria das vezes, condicionadas aos aspectos dominantes dentro do grupo, exigindo que os indivíduos se posicionem frente a esses condicionamentos.

É importante também considerar, aqui, que a família sendo um objeto polimorfo, assume também características de dominação frente aos seus membros, enquanto objeto de estudo como representação social. Esta característica se deve ao fato de que a família adquire diferentes formas, conforme o contexto cultural e histórico.

A emergência de uma representação social, no sentido das três situações sociais apontadas anteriormente, se faz de uma forma coletiva na dinâmica de funcionamento de um grupo. A pertença ao grupo, ainda que se apresente com características utilitaristas, favorece a interdependência entre os indivíduos, onde cada um necessita dos outros para garantir seus objetivos e a elaboração de configurações em relação a um objeto, enquanto centro dos interesses individuais dos seus membros. *“Entretanto, embora compartilhada pelo grupo, ao estudar a representação social de um dado objeto, busca-se compreender a articulação entre o consensual e o heterogêneo, entre o coletivo e o individual.”* (BARRETTO, 1999:87). Sendo assim, não se pode ignorar a importância das histórias individuais, estruturadas num grupo, ao analisar as representações sociais.

A tentativa de manutenção de uma identidade psicossocial do grupo é um dos elementos que determina o encontro das identidades individuais, suscitando *“uma estrutura cognitiva ligada ao pensamento representacional”* (Zavalloni apud ROCHA:10). Desta forma, a representação social reforça a existência do grupo como entidade social além de facilitar sua coesão, por ser mediadora para a integração dos objetivos dos diferentes indivíduos. Poderíamos então concluir que a tendência em garantir uma identidade e buscar a coesão está presente na construção de uma representação social.

É importante considerarmos, neste momento, que a perspectiva ortodoxa que tenta se impor aos membros de um determinado grupo, favorecendo a ênfase de uma elaboração ideológica ou científica, poderá sugerir um processo representacional. O grupo busca o uso da representação social como uma instância de regulação e de controle. Neste sentido, o objeto

família, enquanto representação social, se apresenta com contornos claros, pois assume fortemente as características de regulação e controle do grupo social.

Moscovici (1961:337-350) retoma também, com bastante ênfase, o caráter social da representação. “(...) *la représentation sociale est déterminée par la structure de la société où elle se développe*” (MOSCOVICI, 1961:337). O encontro entre opiniões coletivas, objetivadas nas representações sociais e estruturas sócio-econômicas, evidencia que estas duas organizações se completam, ainda que cada uma tenha um dinamismo próprio. Desta forma, não se pode pensar em representações sociais homogêneas, pois a estruturação de cada uma está em estreita relação com o nível econômico, social e cultural de cada grupo.

Porém, como funciona uma representação social? Abric (2000:28-30), ao procurar compreender o dinamismo entre as relações humanas e as práticas sociais, confirma a importância fundamental das representações sociais. Para isto, apresenta quatro funções essenciais a este dinamismo: função de saber, função identitária, função de orientação, função justificadora. A função de saber permite a compreensão do real através do conteúdo prático do senso comum. Além disso, esta função possibilita a comunicação social, facilitando as trocas sociais e a difusão deste saber. A função identitária assegura uma imagem positiva do grupo nos processos de socialização. Desta forma, os indivíduos se percebem situados no campo social, assumindo os valores e normas estabelecidas social e historicamente. A função de orientação funciona como guia para a ação do indivíduo, pois este decodifica a realidade, determinando o comportamento e as práticas obrigatórias. Desta forma, estabelece o que é tolerável ou não em um dado contexto social. A função justificadora permite ao indivíduo a explicação de atitudes frente aos demais membros do grupo e de outros grupos. Estas funções nos levam a perceber o quanto a representação é determinada pela prática, reforçando a posição social do grupo.

## 2.2 - A ORGANIZAÇÃO INTERNA DAS REPRESENTAÇÕES

A estrutura da representação social é organizada em torno de um núcleo central. Esta é a idéia básica da teoria do núcleo central, apresentada por Abric (2000:30-36), em 1976, que a define como o elemento fundamental da representação. Desta forma, entende-se que este núcleo central é o elemento determinante do seu significado e da sua organização.

A organização do conjunto dos elementos do núcleo central se estrutura numa hierarquia qualitativa entre eles, de forma que o elemento mais importante estabelece uma relação direta com a significação da representação. Neste sentido, o aspecto quantitativo da presença de um elemento não é suficiente para definir aquela significação.

Portanto, o núcleo central é um dos elementos da representação social, ou, se quisermos, *“um subconjunto da representação, composto de um ou alguns elementos cuja ausência desestruturaria a representação ou lhe daria uma significação completamente diferente”* (Abric apud SÁ, 1996:67). Desta forma, entende-se que há outras instâncias estruturais complementares às do núcleo central, que exercem esta função como elemento periférico, e do qual trataremos adiante.

Porém, qual a função do núcleo central? Abric (2000:31) descreve a existência das funções geradora e organizadora. A primeira exerce o papel de criar ou transformar a significação dos demais elementos da representação, atribuindo-lhe um valor. A segunda estabelece a natureza das relações que unem os elementos da representação, dando-lhe uma unidade e estabilidade. Sendo assim, conforme veremos adiante, encontramos elementos centrais que determinam valor, unidade e estabilidade à representação social sobre família, para cada grupo social.

À estas funções, acrescenta-se a propriedade da estabilidade do núcleo central, que é básica para assegurar a perenidade da representação, resistindo à mudança. Esta característica permite diferenciar os núcleos centrais de várias representações, assim como a estrutura organizacional de cada uma delas.

Em decorrência das próprias características estruturais e dos modos de funcionamento das representações, estas apresentam dois componentes básicos: um sistema central e um sistema periférico (ABRIC, 2000:30-35). O primeiro sistema é constituído pelas seguintes características: a memória coletiva do grupo e seu conjunto de normas que marcam fortemente este sistema, pois este é determinado pelas condições históricas, sociológicas e ideológicas; desta forma, estabelece-se uma base comum, compartilhada por todos, consensuando e homogeneizando o grupo social; esta consensualidade se aproxima da continuidade e permanência da representação, resistindo à mudança e garantindo a estabilidade; finalmente, o contexto social, no qual a representação social se evidencia, se apresenta independente do núcleo central que dá significação à mesma.

O sistema periférico, por sua vez, mesmo sendo complementar ao núcleo central, é indispensável a este, pois é graças a ele que a representação social se ancora na realidade do momento. Sendo assim, exerce algumas funções básicas: permite uma regulação e adaptação do sistema central às ações concretas vividas pelo grupo, visando proteger sua significação central; possibilita ainda a concretização do sistema central, estabelecendo uma interface entre este e a realidade concreta; face às funções citadas anteriormente, permite uma certa individualização das representações sociais, possibilitando modulações diferenciadas das mesmas.

Este duplo sistema nos leva, então, à compreensão de *“uma das características básicas das representações, que pode parecer contraditória: elas são, simultaneamente, estáveis e móveis, rígidas e flexíveis”* (ABRIC, 2000:34), facilitando sua adaptação sócio-cognitiva à realidade cotidiana e sócio-ideológica.

Estas características foram resumidas por Abric (2000) no quadro a seguir.

QUADRO 1 – Características do sistema central e do sistema periférico de uma Representação.<sup>1</sup>

| SISTEMA CENTRAL   | SISTEMA PERIFÉRICO   |
|---|--|
| * Ligado à memória coletiva e à história do grupo                                 | * Permite a integração de experiências e histórias individuais                               |
| * Consensual<br>- define a homogeneidade do grupo                                 | * Tolerância à heterogeneidade do grupo  |
| * Estável<br>* Coerente<br>* Rígido   | * Flexível<br>* Tolerância às contradições   |
| * Resiste às mudanças   | * Evolutivo  |
| * Pouco sensível ao contexto imediato   | * Sensível ao contexto imediato  |
| * Funções<br>- gera o significado da representação<br>- determina sua organização | * Funções<br>- permite a adaptação à realidade concreta<br>- permite a diferença de conteúdo |

Este quadro reforça, portanto, as diferenças básicas entre os dois sistemas, assim como a complementaridade dos mesmos, que nos levam à compreensão da significação da representação social.

Moliner, citado por SÁ (1996:75-76), faz uma análise complementar às discussões de Abric, acima referidas, apresentando funções descritivas e funções avaliatórias, presentes nos dois sistemas da representação social. Sendo assim, no núcleo central, as cognições correspondem às definições do objeto representado (função descritiva) e às normas para avaliá-las (função avaliativa). No sistema periférico, há uma descrição das características mais frequentes e prováveis do objeto (função descritiva) e uma expectativa das características desejadas do objeto (função avaliativa). Estas funções reforçam as características de regulação e organização das representações sociais, referidas anteriormente.

<sup>1</sup> Cf. Jean-Claude ABRIC, A abordagem estrutural das representações sociais. In MOREIRA & OLIVEIRA, *Estudos interdisciplinares de representação social*, p. 34.



## 2.3 - AS PRÁTICAS SOCIAIS E A REPRESENTAÇÃO SOCIAL

A discussão sobre práticas sociais se torna objetiva quando se verifica as relações destas com a representação. Há ligações indissociáveis entre elas que nos conduzem a questionar sobre o fato de que as práticas sociais determinam ou são determinadas pelas representações. Admitir que estas são interdependentes, possibilita iniciar um processo de discussão teórica, mas que não está resolvida, tendo em vista, inclusive, a tradição marxista de que as representações são determinadas pelas práticas.

Os estudos de Abric não nos levam a resolver esta questão, buscando antes apresentar um outro aspecto da questão: os processos de transformação da representação social frente às práticas sociais. No caso deste trabalho, esta é uma questão interessante, pois a prática e a representação social sobre família passaram por diferentes transformações ao longo do processo histórico deste grupo social, como vimos no capítulo anterior.

A transformação da representação social se apresenta na interação com as práticas sociais. No caso da possibilidade de retorno às práticas sociais antigas, o caráter de reversibilidade da representação se evidencia, admitindo-se a situação atual como temporária e superficial, garantindo a estabilidade do núcleo central. No caso de irreversibilidade, o retorno às antigas práticas sociais é impossível (Flament apud SÁ, 1996:93-98). Abric (2000:35-36) aponta, então, três importantes tipos de transformação com irreversibilidade. A transformação “resistente” que se dá quando as circunstâncias externas às representações provocam práticas contrárias, geradas pelo sistema periférico. Nesta situação, surgem “esquemas estranhos” que questionam o sistema periférico, mas que poderão induzir a transformação do núcleo central no caso de multiplicidade daqueles. Um segundo tipo é a transformação progressiva da representação, na qual não ocorre uma ruptura do núcleo central. As novas práticas vão, progressivamente, se integrando e fundindo ao núcleo central, estabelecendo uma nova representação. A transformação bruta constitui o terceiro tipo, na qual as novas práticas permanecem desencadeando uma alteração direta e completa do núcleo central. Neste caso, os mecanismos de defesa do sistema periférico não são ativados.

Portanto, a dinâmica das interações entre prática e representação social é fundamental para compreendermos a atualização e a transformação das representações. Desta forma, a representação social sobre família permitirá identificar os processos mentais, as opiniões, as atitudes, as novas práticas e as transformações sociais que ocorrem em torno deste objeto.

## 2.4 - A PESQUISA DO NÚCLEO CENTRAL

A pesquisa do núcleo central não é uma tarefa simples, pois se trata de compreender a atividade simbólica de indivíduos e grupos humanos. É um espaço resultante de processos e mecanismos construídos sócio-historicamente, pois o simbólico torna-se ato no concreto de um indivíduo, de uma cultura, num espaço e tempo determinados (CARVALHO, 2001:441). Portanto, a questão que se coloca agora é como ter acesso aos possíveis elementos do núcleo central e sua identificação, que, no nosso caso, se objetiva na representação social sobre família.

Há dois componentes básicos, da representação social, que necessitam ser pesquisados para que possamos defini-la: o conteúdo da representação, e a estrutura interna da mesma. Abric, citado por SÁ (1996:196), refere que o primeiro componente está em relação direta com as informações e atitudes, pois estes dão consistência à existência da representação. O segundo componente resulta na apresentação da estrutura interna da representação, estabelecendo uma hierarquia entre seus elementos, determinando o espaço do núcleo central. Neste sentido, a pesquisa do núcleo central se aproxima muito mais de procedimentos qualitativos do que quantitativos. Assim, as técnicas da entrevista, dos questionários e do desenho, adquirem prioridade na busca de compreender a significação simbólica da representação social.

Evidenciando o caráter qualitativo do laço simbólico entre objeto e representação, Moliner, citado por SÁ (1996:111-113), refere a existência de quatro propriedades das cognições centrais, a serem pesquisadas: valor simbólico, poder associativo, saliência e conexidade. O valor simbólico é um elemento básico, pois é o resultado da ligação entre objeto e representação e que garante a significação desta. A associatividade está presente através de determinados elementos que, por serem polissêmicos, têm a capacidade de associação a outros termos. A saliência se evidencia pelo fato de que certas cognições aparecem mais freqüentemente do que outras, no estudo de uma determinada representação. Finalmente, o poder associativo de uma cognição central se manifesta quantitativamente por sua elevada conexidade. Resumindo, as duas primeiras propriedades se definem mais pelo caráter qualitativo, enquanto as demais se caracterizam pelo quantitativo decorrente das duas primeiras.

Então, quais são os métodos de pesquisa do núcleo central?

Moliner, citado por SÁ (1996:114-146), propõe dois grandes grupos de métodos: levantamento dos elementos do núcleo central, evidenciando a saliência e a conexidade; identificação do núcleo central, apresentando seu valor simbólico e poder associativo. O primeiro grupo de métodos é constituído pelo método da associação livre, da hierarquização de itens e da indução por cenário ambíguo. Para este trabalho, interessa-nos tratar apenas dos dois primeiros, pois o terceiro exige a elaboração de um texto, o que seria complexo para um determinado grupo de entrevistados, como veremos adiante.

O método da associação livre permite aos indivíduos, a partir de um termo indutor, expressarem verbalmente palavras que tenham a ver diretamente com a expressão indutora. Este método evidencia a espontaneidade, identificando as cognições centrais dentro de um grupo. Além disso, possibilita o agrupamento das expressões evocadas, em um sistema consistente de categorias.

O método da hierarquização de itens, através de triagens sucessivas, consiste em solicitar aos indivíduos que separem os termos evocados em dois grupos: os itens mais característicos e os menos característicos de um conjunto de elementos evocados livremente. Esta separação será repetida com os itens mais característicos, sucessivamente, obtendo-se uma classificação por ordem de importância.

Os métodos de identificação do núcleo central procuram proporcionar uma apreensão mais consistente da estrutura da representação, balizada pelos métodos anteriores. Neste sentido, o método da indução por cenário ambíguo possibilita esta apreensão. Entretanto, não trataremos do mesmo, conforme afirmamos anteriormente.

O outro método de identificação do núcleo central, intitulado método dos esquemas cognitivos de base, possibilita o acesso aos elementos do núcleo central, formalizando-se conectores ou operadores de relação. Porém, para a nossa tarefa, optamos por trabalhar apenas com o primeiro grupo de métodos, tendo em vista a sua fácil e extensa aplicabilidade em pesquisas.

A utilização da teoria das representações sociais facilitará a compreensão da significação cognitiva, elaborada pelos grupos pertencentes às classes sociais, neste nosso trabalho. Elas revelarão o conjunto de atitudes, opiniões e crenças no objeto família. Além disso, frente às práticas sociais encontradas, possibilitarão compreender como foram construídas e transformadas, na perspectiva de estabelecer um laço simbólico entre o indivíduo pensante e a realidade. Finalmente, darão conta das diferenças culturais e sociais, presentes nos grupos a serem pesquisados.

Assim, interessa-nos agora verificar todos estes elementos na pesquisa com famílias, realizada em função destas discussões entre representações sociais, classes sociais e políticas públicas, no contexto de famílias da cidade de Maceió – AL.

## CAPÍTULO III

### A PESQUISA

O estudo do tema “família”, neste trabalho, necessitou ser dimensionado através de uma pesquisa. Este objeto, enquanto representação social, ainda que presente nas cognições construídas pelos indivíduos e grupos, será melhor visualizado se utilizarmos procedimentos e técnicas cientificamente adequadas. Trata-se, portanto, de um pensar científico, que significa refletir visando descobrir as conexões entre as idéias, desvelando as condições que envolvem o objeto (RICHARDSON, 1991:25).

Tanto a instituição familiar quanto sua representação social, são temas da pesquisa das ciências sociais. As contribuições da sociologia, da etnologia e da psicossociologia (MOSCOVICI, 1961) apontam no sentido de superar a análise prioritariamente biológica, existente inicialmente nos estudos sociológicos e psicológicos sobre a família (SEGALEN, 1999:15). Esta superação deve-se ao fato de as configurações familiares se caracterizarem conforme o contexto sócio-cultural dos diferentes grupos humanos, pois as relações de parentesco e de estruturação familiar sofrem determinação daquele contexto. No caso das representações sociais, não é possível considerá-las senão enquanto cognições construídas sócio-culturalmente, que emergem das necessidades de organização e controle dos comportamentos dos indivíduos dos diferentes grupos humanos.

É necessário considerar aqui o sentido desta pesquisa enquanto relacionada às ciências sociais. A pesquisa em ciências sociais trabalha com o fenômeno humano, tendo, até o início dos anos 60, se dedicado a uma mera transposição da metodologia das ciências físicas e naturais a este fenômeno. Desta forma, a meta fundamental das ciências sociais, que é o desenvolvimento do homem e da sociedade, era alcançada de uma forma acrítica e deturpada.

A partir da metade dos anos 60, muda esta metodologia, buscando-se adequá-la para a medição de fenômenos sociais. O sujeito das ciências sociais é um ser eminentemente racional – o homem – que constrói uma história, realidade em permanente mudança. Porém, esta história se faz presente através de ato consciente por parte do homem, o que a torna ideológica. Neste processo, em função da mudança metodológica, é preciso considerar a identidade entre sujeito e objeto da pesquisa (RICHARDSON, 1999:30). Este embricamento caracteriza a existência de um substrato comum de identidade dos seres envolvidos na pesquisa: o objeto e o observador. Por fim, o caráter qualitativo do objeto, nas ciências sociais, é fundamental para a sua compreensão, sem, entretanto, opor-se ao caráter quantitativo.

No caso desta pesquisa, é importante considerar os princípios do materialismo dialético, presentes na metodologia e análise de dados. Este adota a compreensão de homem como ser em movimento, construída histórica e socialmente, um ser humano envolvido na tensão das classes sociais antagônicas.

Neste trabalho, propôs-se três objetivos: a compreensão do processo histórico dos modelos de organização familiar e suas práticas, a investigação sobre as atuais representações sociais sobre família, no contexto das classes sociais, e a comparação destas representações. Portanto, pretendeu-se ampliar o conhecimento teórico e histórico sobre a família, assim como verificar as possíveis diferenças das representações sociais, frente às classes sociais. Neste sentido, pretendeu-se visualizar possibilidades mais adequadas para as políticas públicas voltadas para a família.

A pesquisa em questão, ao visualizar o alcance daqueles objetivos, buscou apresentar a realidade atual da representação social sobre família. Esta atualidade guarda conexões históricas com os seus modelos de organização. Além disso, a construção do conhecimento atual desta representação social se dá de acordo com as situações sociais de cada grupo humano. Assim, a comparação que se quer objetivar, tornar-se-á mais consistente a partir da verificação dos elementos presentes na representação social sobre família.

Portanto, nesta pesquisa, a análise descritiva será fortemente considerada, pois se pretende aprofundar os conhecimentos já existentes sobre a família, assim como descrever comportamentos e cognições sobre este objeto, no contexto de cada classe social. Além desta

perspectiva, o caráter de análise explicativa também se faz presente. As classes sociais, em função do contexto sócio-econômico, elaboram cognições diferenciadas sobre família, que são determinadas por este contexto. Neste sentido, verifica-se que as representações sociais sobre família estão claramente integradas à realidade sócio-econômica e cultural das classes sociais, devendo ser verificadas com a análise dos dados coletados.

Esta pesquisa pretendeu, ainda, coletar dados, utilizando questionários e entrevistas junto à população estudada. Estes foram complementados com o levantamento de dados estatísticos que caracterizou, mais especificamente, o grupo humano referido. São dados que facilitam a quantificação, mas que possibilitam também a análise qualitativa.

Diante disso, estabeleceram-se os seguintes elementos a serem analisados: práticas sociais vividas na dinâmica interna da família, características específicas de famílias de cada classe social, conteúdo da representação social sobre família. As práticas sociais da família deveriam facilitar a compreensão do dinamismo de cada uma, possibilitando a configuração da forma de ser família em cada classe social. Para isto, foram levantados dados sobre: número de membros, tipo de família, escolaridade dos seus membros, pessoa de referência na família<sup>1</sup>, tipo de casamento, responsável pela realização de tarefas domésticas<sup>2</sup>, ocupação atual dos membros da família<sup>3</sup>, tipo de religião praticada pela família, dificuldades vividas, valores existentes.

As características específicas de cada família, visando compreendê-la no seio de cada classe social, foram investigadas através dos seguintes dados: número e tipo de bens móveis e imóveis, utilização ou não de planos particulares de saúde<sup>4</sup>, utilização ou não de escolas particulares para a formação de seus membros, salário adquirido, propriedade de empresas relacionadas com o sistema produtivo.

---

<sup>1</sup> Entenda-se por pessoa de referência aquela que, na opinião dos entrevistados, costuma ser a responsável pela maioria das decisões da família.

<sup>2</sup> Trata-se de tarefas desenvolvidas em função da vida interna do domicílio familiar, tais como: limpar, arrumar, lavar, cozinhar, comprar, pagar, cuidar e acompanhar nas tarefas escolares

<sup>3</sup> A ocupação de cada pessoa nem sempre está relacionada com a formação profissional. Sendo assim, buscou-se entender como as pessoas da família ocupam seu tempo participando de uma atividade específica dentro do sistema produtivo, mesmo que fosse realizada no domicílio familiar.

<sup>4</sup> Planos de saúde pagos, direta ou indiretamente, pelos ganhos salariais ou empresariais dos membros da família.

O conteúdo da representação social sobre família, em cada grupo social, foi levantado a partir dos métodos de evocação de palavras e sua hierarquização sucessiva. Estes métodos foram comentados anteriormente, e serão mais bem especificados mais adiante.

### 3.1 - POPULAÇÃO ESTUDADA

Esta pesquisa foi inicialmente realizada com 210 famílias da cidade de Maceió, contatadas através de seus membros estudantes de duas escolas particulares e uma universidade pública, escolhidos aleatoriamente, respondendo um questionário (Anexo1). Este questionário visou qualificar as famílias conforme a classe social, atendendo assim um perfil pré-determinado, que se verá adiante. Entendeu-se por família o conjunto de pessoas que moram no mesmo domicílio particular, que estabelecem vínculos psico-afetivos, de consangüinidade, vivendo uma interdependência econômica e com critérios definidos para sua reprodução biológica e social. É importante considerar, aqui, que a variável consangüinidade nem sempre esteve presente em todos os indivíduos de uma mesma família. Sendo assim, optamos por restringir a população alvo para 15 famílias, visando facilitar os procedimentos seguintes da pesquisa.

Desta forma, estabeleceu-se que as famílias deveriam ser divididas em três classes sociais, assim discriminadas:

1 – Classe A – Constituída de famílias proprietárias ou usuárias de, pelo menos, quatro dos seguintes itens: um automóvel, uma casa ou apartamento, filhos matriculados em escola particular<sup>5</sup>, plano privado de saúde, uma empresa (comercial, industrial ou prestadora de serviços). Além disso, deveria ter um ganho mensal de mais de 10 salários mínimo.

---

<sup>5</sup> Ensino infantil, fundamental, médio ou superior.



2 – Classe B – Constituída de famílias proprietárias ou usuárias de, pelo menos, dois dos seguintes itens: um automóvel, uma casa ou apartamento, filhos matriculados em escola particular, plano privado de saúde. Além disso, deveria ter um ganho mensal maior que 02 até 10 salários mínimo.

3 – Classe C – Constituída de famílias que possuam, no máximo, ou não uma casa ou um automóvel. Além disso, deveriam ter um ganho mensal de até 02 salários mínimo.

O tamanho da amostragem das famílias não foi baseado em nenhuma técnica estatística mais restrigente. Utilizamos uma amostragem por conveniência, em função do pouco tempo disponível, apesar de balizarmos com dados estatísticos da população do Estado de Alagoas.

A população do Estado é constituída por 2 719 073 habitantes, organizadas em 771 090 famílias residentes em domicílios particulares. Destas, 45 146 são famílias da classe A, 286 699 da classe B, 352 721 da classe C e 86 524 sem uma classificação objetiva (PNAD, 1999). Considerando-se estes dados, temos: 5,9% de domicílios particulares da classe A, 37,2% da classe B, 45,7% da classe C e 11,2% sem classificação.

A ênfase em aspectos qualitativos na pesquisa da representação social sobre família, além da questão do tempo, já referida, levou-nos a estabelecer um quantitativo máximo de 15 famílias a serem pesquisadas. Entretanto, o aspecto quantitativo também esteve presente na análise dos dados. Este número de famílias foi dividido, proporcionalmente, conforme os dados sobre domicílios particulares citados acima, ficando: 02 da classe A, 06 da classe B e 07 da classe C.

Este perfil determinou, também, que o domicílio particular da família deveria ser o mesmo há, pelo menos dois anos, isto é, na mesma rua ou bairro da cidade de Maceió. Estabeleceu-se este prazo por entender-se que é o tempo mínimo para que uma família, numa cidade de dimensões urbanas significativas, possa movimentar-se com facilidade em relação a local de trabalho, escola, comércio e demais serviços básicos. Além disso, definiu-se que estas famílias não poderiam ter vivenciado significativas mudanças no seu ganho salarial, nos últimos dois anos. Esta delimitação se deve pelo fato de que, alterações econômicas

significativas na família, alteram comportamentos e pontos de vista sobre o sentido e as práticas sociais da mesma.

Finalmente, fixou-se a idade mínima de 18 anos para os entrevistados, por entender-se ser uma população com personalidade mais estável e crítica, se comparada com crianças e adolescentes.

### 3.2 - PROCEDIMENTO

Após aplicação do questionário inicial, já mencionado, definiu-se as 15 famílias que mais se aproximaram do perfil desejado. A segunda fase consistiu em aplicar um outro questionário (Anexo 02) com as duas pessoas indicadas, de cada família, no primeiro questionário. Desta forma, pretendeu-se aprofundar mais ainda o conhecimento sobre cada família, buscando garantir a análise das variáveis referidas anteriormente. Porém, a aplicação do segundo questionário foi precedida de uma dinâmica de sensibilização com os entrevistados, sobre o tema da família, visando facilitar a evocação de sentimentos e expressões verbais em relação ao conteúdo central. Este momento foi conduzido por um profissional psicólogo, cabendo ao pesquisador fazer observações simples e aplicar o questionário. Por termos um total de 30 entrevistados, dividimos em dois grupos, para realização da tarefa: o Grupo 1, constituído pelos entrevistados das famílias das classes A e B, e o grupo 2 com os demais. Esta divisão se deveu em função de poder ter um grupo menor, além de facilitar a comunicação entre os membros do grupo 1, que possuem um nível de escolaridade bem aproximado. Desta forma, os membros do grupo 2 também poderiam ter garantido a facilidade de comunicação entre si, de sentimentos e expressões verbais. O processo de sensibilização está descrito no Anexo 3, tendo sido fundamental para facilitar a aplicação do segundo questionário.

A terceira fase consistiu numa entrevista individual, semi-estruturada (Anexo 4), com cada uma dos entrevistados. O objetivo central desta entrevista era definir o conteúdo do núcleo central e do sistema periférico da representação social sobre família. Para isto, utilizou-se as 32 palavras evocadas pelos entrevistados, no segundo questionário, classificando-as conforme a classe social de cada família (Anexo 5).

Todos os dados coletados foram ordenados em tabelas, conforme veremos a seguir, visando aprofundar o conhecimento sobre a realidade da família e o seu processo de elaboração da representação social.

### 3.3 - ANÁLISE DOS DADOS

Os dados coletados permitiram uma visualização sobre a família, na tentativa de termos um perfil para cada classe social.

#### 3.3.1 - ESTRUTURA FAMILIAR

O número de pessoas entrevistadas, na sua maioria, é constituído por mulheres, com um total de 63,3%, tendo apenas 36,7% de homens (Tabela 1). A disponibilidade para tratar do tema ainda é algo fortemente enraizado na esfera feminina do que na masculina,

considerando-se que a indicação dos entrevistados foi feita pelos respondentes ao primeiro questionário.

TABELA 1  
Sexo das pessoas entrevistadas, por classe social

| SEXO      | QUANTIDADE | %     |
|-----------|------------|-------|
| Masculino | 11         | 36,7  |
| Feminino  | 19         | 63,3  |
| Total     | 30         | 100,0 |

n=30

A idade das pessoas entrevistadas (Tabela 2) apresentou-se com 13,3% de 18 a 20 anos, 46,7% de 21 a 30 anos, 13,3% de 31 a 40 anos, 20,0% de 41 a 50 anos e 6,7% com mais de 50 anos. É interessante observar que a maioria dos entrevistados (60,0% de 18 a 30 anos) é constituída por pessoas que ainda moram com a família original ou que iniciaram uma outra família há bem pouco tempo. Se considerarmos os dados do Censo 2000, que referem tendo um número de 54,2% de pessoas solteiras, com mais de 10 anos, enquanto o de casados é de 37,2%, 3,7% de separados, divorciados ou desquitados e 4,6% de viúvos, concluímos que a maioria dos entrevistados ainda está, provavelmente, na família original.

A escolaridade das pessoas entrevistadas e das famílias pesquisadas apontou discrepâncias significativas, por classe social. Enquanto na classe A, temos 66,7% de pessoas que concluíram o ensino médio, temos 37,5% na classe B e 3,3% na classe C (Tabela 3).

Além disso, 44,5% das pessoas da classe A concluíram o Curso Superior, 4,2% na classe B e nenhum percentual na classe C. Contrastando com esses dados, temos 11,1% de não concluintes do ensino fundamental na classe A, 37,5% na classe B e 60,0% na classe C. Acrescente-se a isso o fato de termos 10,0% de analfabetos na classe C e nenhum percentual nas demais classes.

TABELA 2  
Idade das pessoas entrevistadas

| FAIXA ETÁRIA(anos) | QUANTIDADE | %     |
|--------------------|------------|-------|
| 18 a 20            | 04         | 13,3  |
| 21 a 25            | 08         | 26,7  |
| 26 a 30            | 06         | 20,0  |
| 31 a 35            | 01         | 3,3   |
| 36 a 40            | 03         | 10,0  |
| 41 a 45            | 01         | 3,3   |
| 46 a 50            | 05         | 16,7  |
| mais de 50         | 02         | 6,7   |
| Total              | 30         | 100,0 |

n=30

TABELA 3  
Escolaridade dos familiares pesquisados, por classe social

| ESCOLARIDADE                     | A          |       | B          |       | C          |       | TOTAL |
|----------------------------------|------------|-------|------------|-------|------------|-------|-------|
|                                  | Quantidade | %     | Quantidade | %     | Quantidade | %     |       |
| Analfabeto                       |            |       |            |       | 03         | 10,0  | 03    |
| Fundamental<br>incompleto        | 01         | 11,1  | 09         | 37,5  | 15         | 50,0  | 25    |
| Fundamental<br>completo          |            |       | 02         | 8,3   | 04         | 13,4  | 06    |
| Médio incompleto                 | 02         | 22,2  | 03         | 12,5  | 01         | 3,3   | 06    |
| Médio completo                   |            |       | 05         | 20,8  | 01         | 3,3   | 06    |
| Superior<br>incompleto           | 02         | 22,2  | 02         | 12,5  |            |       | 05    |
| Superior completo                | 04         | 44,5  |            | 4,2   |            |       | 05    |
| Criança fora da<br>idade escolar |            |       | 01         | 4,2   | 06         | 20,0  | 07    |
| Total                            | 09         | 100,0 | 24         | 100,0 | 30         | 100,0 | 63    |

n=63

Estes dados sobre a escolaridade são completados com os mais específicos da escolaridade dos entrevistados (Tabela 4), que reforçam as discrepâncias acima referidas. Além disso, apontam no sentido de justificar as dificuldades encontradas com os entrevistados da classe C, ao emitirem suas respostas, quando da aplicação dos questionários.

O tipo de família foi classificado conforme conveniência às especificidades deste trabalho. A tipologia utilizada pelo IBGE (RIBEIRO, 2000:135) classifica a família em casal com ou sem filhos, mãe com filhos, pai com filhos e outros. Entretanto, nas famílias pesquisadas, encontramos famílias recompostas com parentes<sup>6</sup>, família incompleta convivendo com outra família incompleta (família extensa).

TABELA 4  
Escolaridade das pessoas entrevistadas

| ESCOLARIDADE                  | QUANTIDADE | %    |
|-------------------------------|------------|------|
| Analfabeto                    | 01         | 3,3  |
| Ensino fundamental incompleto | 13         | 43,3 |
| Ensino fundamental completo   | 03         | 10,0 |
| Ensino médio completo         | 04         | 13,4 |
| Ensino superior incompleto    | 07         | 23,3 |
| Ensino superior completo      | 02         | 6,7  |
| Total                         | 30         | 100  |

n=30

Desta forma, verificamos que 66,6% das famílias pesquisadas seguem ainda o modelo de pai, mãe e filhos, ainda que 13,3% deste grupo possua parentes agregados (Tabela 5). Além disso, observa-se que as famílias incompletas estão mais presentes na classe C, apresentando estas a característica de agregarem outras famílias incompletas.

<sup>6</sup> Famílias resultantes de uma situação pós-divórcio, na qual convivem os pais e os filhos de famílias originalmente diferentes.

TABELA 5  
Tipo de família por classe social

| CLAS-<br>SE<br>SOCI-<br>AL | FAMÍ-<br>LIA<br>COM-<br>PLETA | FAMÍLIA<br>COMPLETA COM<br>PARENTES | FAMÍLIA<br>INCOMPLETA<br>SEM UM DOS<br>PAIS | FAMÍLIA<br>RECOMPOS-<br>TA COM<br>PARENTES | FAMÍLIAS<br>EXTENSAS<br>SEM UM DOS<br>PAIS <sup>7</sup> |
|----------------------------|-------------------------------|-------------------------------------|---|--|---|
| A                          | 02                            |                                     |   |  |   |
| B                          | 03                            | 01                                  | 01  | 01   |   |
| C                          | 03                            | 01                                  | 01  |  | 02  |
| Total                      | 08                            | 02                                  | 02  | 01   | 02  |
| %                          | 53,3                          | 13,3                                | 13,3  | 6,8  | 13,3  |

n=15

7. Este tipo é formado por mais de uma família, sem a presença de um dos pais.

A ausência do pai, nas famílias incompletas, conforme resultados obtidos na entrevista, é um componente encontrado em 100% destas famílias. Este é um fenômeno marcante no atual tipo de organização familiar brasileira, verificando-se que o número de famílias, sem a presença do pai, passou de 11,7% a 13,9% de 1981 a 1990 (RIBEIRO, 2000:136), alcançando-se o índice de 24% conforme Censo 2000. Desta forma, confirma-se o fato de que o número de famílias, chefiadas pela mãe, é marcante entre os mais pobres, especialmente na região nordestina, onde a migração do homem para outras regiões é um dado significativo.

O tipo de casamento encontrado nas famílias dos entrevistados ainda é, principalmente, com comunhão total de bens, apresentando-se com um total de 33,3% (Tabela 6). O casamento religioso com efeito civil é também fortemente encontrado, com um total de 53,3% das famílias. Verifica-se também que, na classe A, há 100% de casamentos no religioso com efeito civil. Na classe B, temos 66,7% de casamentos em comunhão total de bens. Na classe C, a ênfase é de 57,1% de casais que vivem juntos, sem caracterizar nenhum vínculo legal.

TABELA 6  
Tipo de casamento por classe social

| CLASSE SOCIAL | TIPO                                   |                                      |                          |              |              |
|---------------|--|--------------------------------------|--------------------------|--------------|--------------|
|               | RELIGIOSO E CIVIL COM COMUNHÃO PARCIAL | RELIGIOSO E CIVIL COM COMUNHÃO TOTAL | CIVIL COM COMUNHÃO TOTAL | APENAS CIVIL | VIVEM JUNTOS |
| A             | 01                                     | 01                                   |                          |              |              |
| B             | 01                                     | 03                                   | 01                       |              | 01           |
| C             | 01                                     | 01                                   |                          | 01           | 04           |
| Total         | 03                                     | 05                                   | 01                       | 01           | 05           |
| %             | 20                                     | 33,3                                 | 6,7                      | 6,7          | 33,3         |

n=15

É importante considerar que, enquanto houve um decréscimo no número de casamentos legais, no Brasil, passando de 57,8% em 1991 para 50,1% em 2000, ocorreu um aumento de uniões consensuais<sup>8</sup>, passando de 18,3% em 1991 para 28,3% em 2000 (Censo 2000). RIBEIRO (2000:167) aponta que as áreas mais pobres do país são as que apresentavam este fenômeno com mais clareza, provavelmente em função das dificuldades econômicas da maioria desta população. Estes dados vêm confirmar a idéia de que as uniões consensuais não são apenas resultado da modernização de valores sociais na família. Na classe C, temos apenas 28,8% dos casamentos realizados no religioso com efeito civil.

O tamanho da família se apresenta com uma média de 4,8 pessoas na classe C, 4,3 na classe B e 4,5 na classe A (Tabela 7). RIBEIRO (2000:147) confirma estes dados, mostrando que o tamanho médio das famílias mais pobres continuou maior do que as demais, no período de 1981 a 1990, apesar da diminuição do tamanho médio das famílias em geral. Em 1984 eram 4,2 pessoas por família, passando para 3,8 em 1992 e 3,4 em 1999 (PNAD).

<sup>8</sup> Uniões sem a realização de nenhum tipo de cerimônia de casamento



TABELA 7  
Média de pessoas por família, por classe social

| CLASSE SOCIAL | NÚMERO DE FAMÍLIAS | NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS POR FAMÍLIA |
|---------------|--------------------|-------------------------------------|
| A             | 02                 | 4,5                                 |
| B             | 06                 | 4,3                                 |
| C             | 07                 | 4,8                                 |

n=15

A prática da religião católica, independentemente da frequência às atividades específicas, continua sendo a mais forte, num total de 55,6% dos familiares (Tabela 8). A classe C compõe com 60,0%, a classe B com 54,2% e 44,4% na classe A. Entretanto, as religiões evangélicas participam em 29,2% na classe B, 26,7% na classe C e nenhum percentual na classe A, que, por sua vez, tem 55,6% de praticantes espíritas. Os dados do Censo 2000, em relação ao Brasil, reforçam em parte estes achados, pois temos, em 2000, um total de 73,8% de católicos, 15,4% de evangélicos e 7,3% sem religião declarada. Entretanto, é importante considerar o decréscimo de praticantes da religião católica, que caiu de 83,5% em 1991 para 73,8% em 2000, e o aumento de evangélicos de 9% em 1991 para 15,4% em 2000.

TABELA 8  
Sexo e religião dos familiares, por classe social

| CLASSE SOCIAL | SEXO |      | RELIGIÃO |            |          |                   |         |
|---------------|------|------|----------|------------|----------|-------------------|---------|
|               | M    | F    | CATÓLICA | EVANGÉLICA | ESPÍRITA | OUTRAS CONFISSÕES | NENHUMA |
| A             | 05   | 04   | 04       |            | 05       |                   |         |
| B             | 15   | 09   | 13       | 07         |          | 04                |         |
| C             | 12   | 18   | 18       | 08         |          |                   | 04      |
| Total         | 32   | 31   | 35       | 15         | 05       | 04                | 04      |
| %             | 50,8 | 49,2 | 55,6     | 23,9       | 7,9      | 6,3               | 6,3     |

n=63

### 3.3.2 - DINÂMICA FAMILIAR

Uma prática social comum no grupo familiar é ter uma pessoa como referência, que assume a maioria das decisões significativas para a família. Entendemos aqui, como decisões significativas, as que se referem ao tipo de escola para os filhos, compras e pagamentos a serem efetuadas, locais de moradia, aquisição de móveis e imóveis. Além disso, oportunamente, esta pessoa interfere no tipo de lazer das pessoas da família, religião e profissão. Os dados coletados informam que o pai ainda é esta figura decisória em 60,0% das famílias pesquisadas (Tabela 9), ficando 40,0% centrada na figura da mãe. Estes percentuais confirmam os dados do PNAD (1999) de que, em Alagoas, tem-se 72,5% de famílias com o homem como sendo a pessoa de referência, ficando 27,5% centrado nas mulheres.

TABELA 9  
Pessoa de referência na família, por classe social

| CLASSE SOCIAL | FUNÇÃO NA FAMÍLIA |      |     |      |
|---------------|-------------------|------|-----|------|
|               | PAI               | %    | MÃE | %    |
| A             | 02                | 100  |     |      |
| B             | 03                | 50,0 | 03  | 50,0 |
| C             | 04                | 57,1 | 03  | 42,9 |
| Total         | 09                | 60,0 | 06  | 40,0 |

n=15

A realização de atividades específicas, no interior do domicílio particular, ainda é uma tarefa fortemente exclusiva da mulher, num total de 61,9% (Tabela 10). Na classe A, chega a 50%, na classe B a 57,0% e, na classe C, 72,3%. A participação do homem é, portanto, especialmente na classe C, um dado pouco significativo.

TABELA 10

Realização de tarefas domésticas, por sexo e classe social

| TAREFA DOMÉSTICA /<br>CLASSE SOCIAL | A  |    |     | B    |      |      | C    |      |      |
|-------------------------------------|----|----|-----|------|------|------|------|------|------|
|                                     | M  | F  | M/F | M    | F    | M/F  | M    | F    | M/F  |
| Cozinhar alimentos                  |    | 2  |     |      | 7    |      |      | 7    |      |
| Limpeza da casa                     |    | 2  |     |      | 5    | 2    |      | 6    | 1    |
| Limpeza de sanitários               |    | 2  |     |      | 6    | 1    |      | 7    |      |
| Compra de alimentos                 |    |    | 2   | 2    | 1    | 4    | 2    | 2    | 3    |
| Outras compras                      | 1  |    | 1   | 1    | 1    | 5    |      | 3    | 4    |
| Pagamento de contas                 | 1  |    | 1   | 1    | 4    | 2    | 5    | 2    |      |
| Lavagem de roupa                    |    | 2  |     |      | 5    | 2    |      | 7    |      |
| Acompanhar tarefa da escola         |    |    | 2   | 2    | 2    | 1    |      | 1    |      |
| Limpeza da cozinha                  |    | 2  |     |      | 4    | 3    |      | 4    | 2    |
| Cuidar de animais                   | 2  |    |     | 3    |      |      |      | 2    |      |
| Passar roupa                        | 1  | 1  |     |      | 6    | 1    |      | 5    | 1    |
| Lava carro                          | 1  | 1  |     | 1    | 1    | 1    |      |      |      |
| Limpeza do jardim                   |    |    |     | 2    | 3    |      |      | 1    |      |
| Total                               | 6  | 12 | 6   | 12   | 45   | 22   | 7    | 47   | 11   |
| %                                   | 25 | 50 | 25  | 15,2 | 57,0 | 27,8 | 10,8 | 72,3 | 16,9 |

n=30

A participação dos homens no domicílio familiar, dentre as atividades exclusivas realizadas por estes, implicam uma relação mais forte com o mundo externo, tais como: pagar contas (28,0%), fazer compras (16,0%), cuidar de animais (20,0%), lavar carro (8,0%). As mulheres se dedicam mais às atividades internas, tais como: cozinhar (14,0%), limpeza da casa e dos sanitários (24,6%), limpeza da cozinha (8,8%), passar roupa (10,5%). Entretanto, observa-se que há tarefas desenvolvidas tanto pelo homem como pela mulher, tais como: fazer compras (48,7%), pagar contas (7,7%), limpar a cozinha (12,8%).

Em termos de ocupação, por classe social, das pessoas das famílias, a que apresenta o maior índice é a dos estudantes, com 55,6% na classe A, 27,3% na classe B e 29,6% na classe C (Tabela 11). O índice de desempregados é mais forte na classe C, 22,2%, com 13,6% na classe B e nenhum percentual na classe A.

TABELA 11

Ocupação atual por classe social e sexo dos familiares, com mais de 6 anos

| OCUPAÇÃO ATUAL          | CLASSE SOCIAL |      |    |      |    |      | SEXO |    |
|-------------------------|---------------|------|----|------|----|------|------|----|
|                         | A             | %    | B  | %    | C  | %    | M    | F  |
| Aposentada              |               |      | 01 | 5,0  | 03 | 11,1 | 01   | 03 |
| Atendente               |               |      | 01 | 5,0  |    |      |      | 01 |
| Auxiliar administrativo |               |      | 01 | 5,0  |    |      |      | 01 |
| Balconista              |               |      |    |      | 01 | 3,7  | 01   |    |
| Bancário                | 01            | 11,1 |    |      |    |      | 01   |    |
| Comerciário             |               |      | 01 | 5,0  |    |      | 01   |    |
| Cozinheira              |               |      | 01 | 5,0  |    |      |      | 01 |
| Desempregado            |               |      | 02 | 10,0 | 06 | 22,2 | 06   | 02 |
| Doméstica               |               |      | 03 | 15,0 | 05 | 18,5 |      | 08 |
| Encanador               |               |      | 01 | 5,0  |    |      | 01   |    |
| Estudante               | 05            | 55,6 | 05 | 25,0 | 07 | 26,0 | 12   | 05 |
| Gerente                 | 01            | 11,1 | 01 | 5,0  |    |      | 02   |    |
| Inspetor escolar        |               |      | 01 | 5,0  |    |      | 01   |    |
| Lavadeira               |               |      |    |      | 01 | 3,7  |      | 01 |
| Office-boy              |               |      |    |      | 01 | 3,7  | 01   |    |
| Porteiro                |               |      |    |      | 01 | 3,7  | 01   |    |
| Professor               | 01            | 11,1 |    |      |    |      |      | 01 |
| Serviços gerais         |               |      |    |      | 02 | 7,4  | 01   | 01 |
| Soldado                 |               |      | 01 | 5,0  |    |      | 01   |    |
| Técnico de controle     | 01            | 11,1 |    |      |    |      |      | 01 |
| Técnico em química      |               |      | 01 |      |    |      | 01   |    |
| Total                   | 09            | 100  | 21 | 100  | 27 | 100  | 31   | 25 |

n=56

As ocupações mais diretamente relacionadas à vida do domicílio particular, tais como cozinheira, lavadeira e doméstica, se apresentam com 25,9% na classe C, 18,2% na classe B e nenhum percentual na classe A. Estas são desenvolvidas por 44,0% das mulheres e nenhum percentual de homens.

O rendimento médio mensal por família, encontrado nas famílias pesquisadas foi de R\$ 4 200,00 para a classe A, R\$ 1421,66 para a classe B e R\$ 329,33 para a classe C (Tabela 12). É importante acrescentar a estes dados, o fato de que o rendimento médio mensal do homem alagoano era de 218, enquanto o da mulher era de 127 (PNAD).

Tabela 12

Rendimento médio mensal, por família e classe social

| RENDIMENTO MENSAL, POR FAMÍLIA                          | A        | B       | C      |
|---|----------|---------|--------|
| Rendimento médio mensal, em R\$                         | 4 200,00 | 1421,66 | 329,33 |
| Rendimento médio mensal, em salário mínimo <sup>9</sup> | 21       | 7,11    | 1,65   |

9. Salário mínimo = R\$ 200,00

O universo familiar, por ser partilhado por pessoas, envolve dificuldades e situações de crise, resultantes das relações psico-afetivas e da estruturação das personalidades individuais. Além disso, estas resultam dos diferentes tipos de influência do meio social com o seu contexto econômico e cultural. A Tabela 13 apresenta esta realidade, situando a falta de dinheiro como a principal queixa dos entrevistados, com 33,3%, seguida da falta de diálogo com 16,7% e a preocupação com doenças, com 10,0%, apesar de que na classe A não há nenhuma dificuldade dominante.

A classe C refere a falta de dinheiro como sendo a grande dificuldade, com 39,2%, enquanto na classe B isto representa 33,3%, e 12,5% para a classe A. A falta de diálogo é também uma grande preocupação com 17,9% na classe C, 16,7% na classe B e 12,5% na classe A. Encontramos também um dado significativo de 18,3% sem resposta, o que nos leva a concluir que parte dos entrevistados não consegue refletir ou verbalizar sobre as vivências internas da família.

Tabela 13  
Dificuldades vividas pela família, por classe social

| TIPO                                      | A  | %    | B  | %    | C  | %    | TOTAL | %    |
|---|----|------|----|------|----|------|-------|------|
| Falta de diálogo                          | 01 | 12,5 | 04 | 16,7 | 05 | 17,9 | 10    | 16,7 |
| Falta de dinheiro                         | 01 | 12,5 | 08 | 33,3 | 11 | 39,2 | 20    | 33,3 |
| Falta de prática na religião              | 01 | 12,5 | 02 | 8,3  | 01 | 3,6  | 04    | 6,7  |
| Agressividades entre os filhos            | 01 | 12,5 | 01 | 4,2  |    |      | 02    | 3,3  |
| Doenças                                   | 01 | 12,5 | 01 | 4,2  | 04 | 14,3 | 06    | 10,0 |
| Inexistência de boas condições de moradia |    |      | 01 | 4,2  |    |      | 01    | 1,7  |
| Difícil relacionamento entre os membros   |    |      | 01 | 4,2  |    |      | 01    | 1,7  |
| Vícios                                    |    |      | 01 | 4,2  | 02 | 7,1  | 03    | 5,0  |
| Relacionamento difícil entre os casados   |    |      | 02 | 8,3  |    |      | 02    | 3,3  |
| Sem resposta                              | 03 | 37,5 | 03 | 12,4 | 05 | 17,9 | 11    | 18,3 |
| Total                                     | 08 | 100  | 24 | 100  | 28 | 100  | 60    | 100  |

n=60

### 3.3.3 - VALORES FAMILIARES

Os valores vivenciados na família revelam os aspectos ideológicos da esfera familiar. “Englobam os segredos familiares, os tabus, mitos e crenças, rituais e cerimônias realizadas” (CERVENY, 1997:173). As famílias entrevistadas referiram que a prática na religião é o principal valor, com 23,3%, sendo 28,6% na classe C, 22,2% na classe B e 8,3% na classe A (Tabela 14). Seguido deste, o trabalho é o valor mais considerado, com 21,1%, sendo 26,2% na classe C, 16,7% na classe B e 25,0% na classe A. Entretanto, é importante considerar que este é o valor mais significativo para a classe A. Além da prática da religião, o valor do estudo é o mais significativo para a classe B, com 22,2%, enquanto que para a classe A não há nenhum percentual significativo, sendo 14,3% para a classe C. O valor referente à

existência do espírito crítico é também de grande significado para a classe B, com 16,7%, enquanto que para a classe C é de 2,4%, e de 8,3% para a classe A.

Com estes dados, delinea-se o seguinte perfil para o grupo de famílias de cada classe social.

Tabela 14

Valores assumidos pela família, por classe social

| VALOR                                      | A  | %    | B  | %    | C  | %    | TOTAL |
|--|----|------|----|------|----|------|-------|
| Trabalho                                   | 03 | 25,0 | 06 | 16,7 | 11 | 26,2 | 19    |
| Participação na religião                   | 01 | 8,3  | 08 | 22,2 | 12 | 28,6 | 21    |
| Lazer                                      | 01 | 8,3  | 03 | 8,3  | 04 | 9,4  | 08    |
| Espírito crítico                           | 01 | 8,3  | 06 | 16,7 | 01 | 2,4  | 08    |
| Prática de esporte                         | 01 | 8,3  | 01 | 2,8  |    |      | 02    |
| Estudo                                     |    |      | 08 | 22,2 | 06 | 14,3 | 14    |
| Participação em associação, sindicato, etc |    |      | 01 | 2,8  |    |      | 01    |
| Leitura                                    |    |      |    |      | 02 | 4,8  | 02    |
| Sem resposta                               | 05 | 41,8 | 03 | 8,3  | 06 | 14,3 | 15    |
| Total                                      | 12 | 100  | 36 | 100  | 32 | 100  | 71    |

n=90

### 3.3.4 - CLASSE A

A escolaridade dos familiares desta classe é basicamente constituída por indivíduos com curso superior, não havendo nenhum analfabeto. Além disso, os que ainda estudam, exceto os que cursam algum curso superior, estão matriculados em escolas particulares. Desta forma, o acesso às atividades profissionais mais bem consideradas economicamente, é fácil de ser alcançado, apesar das dificuldades de emprego existentes atualmente na sociedade

brasileira. Entretanto, não há nenhum indivíduo vivenciando a realidade do desemprego. O fato de ser a classe com melhores condições econômicas, é confirmado também pelo uso de planos de saúde particulares por todas as famílias, assim como a propriedade de automóvel e outros imóveis. Desta forma, as preocupações básicas em torno do acesso a escolas bem consideradas social e culturalmente, nível de saúde, habitação e ganhos salariais, não constituem dificuldades significativas para estas famílias. É importante lembrar, aqui, que estas têm um ganho salarial médio mensal em torno de 21 salários mínimo. Estas condições permitem aos indivíduos o acesso mais rápido e atualizado à informações referentes à vida da sociedade em geral, facilitando a tomada de decisões e a vivência de comportamentos mais adequados aos seus objetivos como classe social.

Estas famílias mantêm o modelo conservador da família nuclear burguesa, estruturada em torno de pais e filhos. Como vimos anteriormente, este modelo de família garante o encaminhamento dos interesses econômicos, sociais e culturais da classe dominante, que confirmam as relações de poder do capital sobre o trabalho. Além disso, o modelo de casamento religioso com efeito civil, garante o domínio da perspectiva religiosa na estrutura familiar. Esta dominação é aceita, pois se acredita que a estabilidade familiar em torno de valores e objetivos religiosos, garante a “normalidade” das relações pessoais e sociais. Desta forma, a reprodução social ocorrerá dentro de parâmetros que interessam às classes dominantes e, portanto, às famílias da classe A.

É importante considerar que a prática da religião católica, ainda que em menor proporção, divide com o espiritismo a orientação religiosa destas famílias. A prática desta religião, entretanto, não é partilhada pelas famílias das outras classes sociais.

Todos esses elementos nos levam a confirmar a participação destas famílias, mais facilmente, nos bens produzidos e nos serviços oferecidos pelos diferentes tipos de instituições. Entende-se, assim, o pouco efeito do alcance das políticas públicas em favor desta família. Porém, ainda que aquelas políticas não tenham um direcionamento objetivo para esta família, a estrutura financeira e econômica do Estado é conduzida a favor dos interesses e dos projetos desta classe social.

As práticas sociais destas famílias são conduzidas no sentido de direcionar-se, prioritariamente pelas decisões do pai. A figura paterna é a referência básica para a definição



dos seus rumos. Sendo assim, o significado da mulher, enquanto elemento decisório no seio da família, não tem sustentação objetiva para este grupo.

Porém, este mesmo princípio não se mantém quando se trata da realização das atividades específicas da ordenação da vida interna da família. Tradicionalmente, estabeleceu-se que a responsabilidade com aquelas atividades é de exclusividade e competência da mulher. Neste trabalho, isto se confirmou em 50% das tarefas domésticas, ainda que  $\frac{1}{4}$  das demais sejam partilhadas por homens e mulheres, ao mesmo tempo, especialmente aquelas que não têm envolvimento direto com a ação dentro do domicílio familiar, tais como comprar e pagar.

A atividade profissional/ocupacional é maciçamente exercida no contexto de indivíduos com formação superior, excetuando-se os estudantes. Este aspecto possibilita compreender a possibilidade de envolvimento destas pessoas com o conhecimento mais complexo sobre a atividade produtora, facilitando tecnicamente o controle de variáveis sócio-econômicas, assim como, por conseqüência, tendo acesso a melhores salários, se comparados com a maioria da população.

As principais dificuldades vivenciadas por estas famílias, situam-se na perspectiva religiosa e comportamental, interferindo assim nos aspectos ideológicos e morais dos indivíduos. Entretanto, há também uma preocupação de menor grau com a falta de dinheiro e a existência de doenças. Aquela é compreendida em função da perda de bens, com implicações na diminuição do status social anterior, em conseqüência das dificuldades econômicas vivenciadas por setores desta classe social.

*“Tivemos que diminuir as viagens de férias com toda a família, pois perdi algumas gratificações no Banco” (G.S.L., homem, 54 anos).*

A situação de doenças refere-se ao quadro resultante do stress vivido atualmente, pelo conjunto da sociedade.

*“Estou preocupada com a obesidade dele, pois ele não se cuida” (M.S.L., mulher, 43 anos).*

Entretanto, estas últimas situações referidas não abalam a estabilidade sócio-econômica das famílias desta classe social.

A construção de valores familiares aparece, com maior intensidade, em torno do trabalho.

*“Ele permite adquirir bens e tranqüilidade”* (L.S.R., homem, 35 anos).

Este valor define a afirmação do indivíduo, sem a preocupação com o sentido do desenvolvimento e da reprodução da sociedade.

Portanto, as famílias da classe A revelam um perfil conservador da estrutura familiar, adequada à realidade de classe dominante, frente ao modo de ser capitalista. A manutenção deste modelo permite a realização dos interesses da classe dominante, numa sociedade capitalista, evitando-se conflitos e crises sociais.

As representações sociais sobre família, verbalizadas pelos indivíduos desta classe, nos ajudam a compreender esta realidade de classe social. Os familiares desta classe (ver Anexo 06) apresentaram o núcleo central sobre família, como sendo “amor” e “compreensão”. Trata-se de valores comportamentais, com fundamentação ideológica, que delimitam práticas sociais de organização e controle da estrutura familiar, garantindo a homogeneidade do grupo. Desta forma, a significação desta representação social é centrada nos aspectos da vivência afetiva e da moralidade comportamental dos seus indivíduos. Este núcleo central se refere, também, à possibilidade de solução dos problemas centrais citados por estas famílias, que giram em torno da falta de diálogo e da agressividade entre os filhos. A perspectiva da centralidade no amor e na compreensão aproxima-se, além disso, da preocupação com a situação de doença.

O sistema periférico sobre família, por parte destes indivíduos, é constituído principalmente, pelos elementos do “diálogo”, do “apoio” e da “fé”. Estes aproximam o núcleo central da realidade concreta, facilitando a resolução dos conflitos e a heterogeneidade dos comportamentos, através do diálogo, relacionando a atitude de apoio como sendo um dos fundamentos do amor e integrando as experiências religiosas à efetivação do amor e da

compreensão. Portanto, estes elementos significativos caracterizam o pensamento e o modo de pensar sobre família, para este grupo humano.

### 3.3.5 - CLASSE B

Os indivíduos destas famílias apresentam dois grandes pólos na sua escolaridade: o ensino fundamental ainda não concluído (37,5%) e o ensino médio completo (37,5%). Desta forma, grande parte destes indivíduos está longe de compreender e manipular variáveis sociais desveladas com o processo educativo. Em contrapartida, um igual percentual de indivíduos tem acesso ao nível médio de empregos, assim como a compreensão sobre valores sociais, mercado de trabalho e objetivos da sociedade.

Estas famílias, na sua maioria, seguem o modelo tradicional de família completa (66,7%), apresentando-se, também, com famílias incompletas (16,7%) e famílias recompostas (16,7%). Desta forma, há uma maior heterogeneidade de tipos de família, do que na classe A. Elas vivenciam, com maior consciência e objetividade, a crise do modelo patriarcal e nuclear burguês. Estes não dão conta do novo significado da mulher na sociedade, assim como das alterações e crises dos modelos econômicos vigentes. A insegurança frente à nova realidade da estrutura familiar, conduz seus membros a não conseguirem visualizar o futuro da instituição família. Admite-se, portanto, estes outros tipos, pois eles garantem a manutenção da essência deste objeto: relações psico-afetivas estáveis, interdependência econômica com vistas à sobrevivência, acordo sobre critérios de reprodução biológica e social, formação da personalidade e vivência de valores.

Neste sentido, as formas de casamento também não apresentam homogeneidade. 66,7% se definem pelo casamento religioso com efeito civil, 16,7% pelo casamento apenas civil e 16,7% por união consensual. Entretanto, o estabelecimento de um casamento com contrato legal ainda é determinante para estas famílias, pois se entende que este garante uma

estabilidade econômica para todos os seus membros. As uniões consensuais apresentam um novo dinamismo da estrutura familiar, pois se busca dar conta dos elementos psico-afetivos e formativos, sem a preocupação com a garantia da estabilidade econômica.

O número médio de membros por família é o menor, se comparado com as demais classes (4,3 pessoas por família). Desta forma, estas famílias têm uma média mensal de 7,11 salários mínimo, por família. Estes elementos permitem verificar as grandes dificuldades significativas de acesso aos bens e serviços produzidos pelo sistema produtivo, pois estes indivíduos são permanentemente estimulados a obtê-los e consumi-los.

A prática social relacionada à religiosidade é fortemente católica (54,2%), admitindo, porém, o espaço para as religiões evangélicas (29,2%) e outras confissões religiosas (16,7%). Sendo assim, mesmo admitindo-se mudanças na vivência de valores familiares, estes são fortemente envolvidos com a perspectiva religiosa católica, típica da sociedade brasileira.

As decisões familiares são tomadas, igualmente, pelo pai e pela mãe. O aumento significativo da participação da mulher na área de decisões da família, alterando assim o modelo patriarcal ainda vigente, especialmente na nossa cultura, é a comprovação da mudança da estrutura familiar deste grupo.

A participação da mulher nas tarefas da casa, ainda é considerada, em mais da metade dos domicílios, como sendo sua obrigação exclusiva (57,0%). Desta forma, mantém-se a prática conservadora, típica da família patriarcal, de atribuir à mulher esta responsabilidade. Entretanto, a participação do homem e da mulher, ao mesmo tempo, nestas tarefas, é também aceita em 27,8% destes domicílios, tendo-se ainda um total de 15,2% como sendo de exclusividade do homem. Esta é centrada exclusivamente em tarefas que não estão diretamente relacionadas com a vida interna do domicílio particular, o que evidencia um envolvimento superficial do homem com este universo.

A atividade ocupacional de maior significado para estes indivíduos, se refere à de ser estudante (25,0%), provavelmente como uma forma de buscar o acesso a profissões de nível médio ou superior, possibilitando um maior ganho de rendas. Entretanto, apenas 10,0% tem uma atividade ocupacional de nível superior e somente 5,0% se refere a atividades ocupacionais de nível médio, com características de especialização. Todas as demais

ocupações não exigem formação específica. É importante considerar que 10,0% vivenciam a situação de desemprego. Todos estes elementos da realidade acompanham, portanto, o nível de escolaridade referido anteriormente.

A principal dificuldade vivida por estas famílias é a falta de dinheiro (33,3%), pois a renda apenas garante o atendimento das necessidades básicas. Esta dificuldade é exacerbada com o estímulo e a submissão ao consumo e o desejo de possuir bens, pois isto é mais fácil por parte das famílias da classe A.

*“A gente não consegue juntar dinheiro, pois só dá pra comer e comprar umas roupas”* (M.R.O, mulher, 25 anos).

A vida em família, para estes indivíduos, é cheia de tensões psico-afetivas que os levam a situar a falta de diálogo como a segunda maior dificuldade (16,7%). A realidade econômica, não muito favorável, interfere nas relações entre as pessoas, gerando conflitos que nem sempre facilitam o entendimento. Aliado a isto, há referências também às situações conflituosas surgidas entre os filhos e os demais membros destas famílias (16,7%). Desta forma, conclui-se que as dificuldades nas relações interpessoais são focadas como as mais importantes, e que, portanto, revelam uma dinâmica familiar mais centrada nos aspectos psico-afetivos. Uma outra dificuldade, menos considerada, é a relacionada com a falta de prática na religião (8,3%), apontando assim para uma preocupação típica da família tradicional brasileira, enraizada em valores religiosos desde o início da colonização.

O estudo é um dos principais valores vivenciados por estas famílias (22,2%) que, aliado à formação de um espírito crítico (16,7%), possibilita a estas um status significativo na sociedade. Além disso, cria condições para uma maior compressão da complexidade das sociedades e do mundo.

*“Sem estudo a gente não é nada. É o único jeito da gente ser considerado”* (L.R.S., homem, 28 anos).

Neste sentido, e em consequência a estes valores, estabelece-se o trabalho (16,7%) como uma outra condição fundamental para os objetivos de classe, citados anteriormente.

Finalmente, a religiosidade (22,2%) é um valor a ser vivenciado com muita ênfase nestas famílias.

Portanto, as considerações sobre a realidade (trabalho, estudo, falta de dinheiro) são muito fortemente focadas por estas famílias, aliadas àquelas que tratam do envolvimento psico-afetivo (falta de diálogo, dificuldades de relacionamento entre os membros, formação de espírito crítico) e da vivência de uma prática religiosa. Assim, o envolvimento com a realidade social só adquire importância enquanto lhe possibilita condições de estabilidade financeira e psico-afetiva. Neste sentido, a dinâmica familiar desta classe se aproxima do modelo nuclear burguês enquanto favorecida pela superestrutura dominante econômica e cultural.

As representações sociais sobre família nos ajudam a compreender esta realidade da classe social. As famílias desta classe apresentaram o núcleo central (Anexo 07) como sendo caracterizado por quatro categorias: a religiosidade (“fé”, “presente de Deus”), objetivos cooperativos a serem alcançados (“fraternidade”, “união”, “amor”), atitudes práticas de colaboração (“respeito”, “compreensão”, “diálogo”), finalidade da família (“filhos”). Estes elementos garantem a homogeneidade e a estabilidade deste grupo em torno da tradição histórica da família brasileira, voltada para o aspecto ideológico da religião. O valor histórico dado à prática religiosa, reforça estas considerações.

Porém, os elementos referidos em relação ao aspecto comportamental, que eles julgam de grande importância para a dinâmica familiar, revela a preocupação em organizar a família em torno destes comportamentos e valores, de forma a resistir às investidas do meio social. Assim, deve-se considerar a estreita relação da religiosidade com estes comportamentos e valores a serem construídos na família.

Finalmente, o núcleo central é também definido pela existência dos filhos como fim da família.

*“Os filhos é a principal coisa da família. Sem eles parece que falta alguma coisa pra gente dizer que tem família. Além disso, eles dão alegria na casa”* (L.R.S., mulher, 45 anos).

Assim, para este grupo, conceber família é visualizá-la a partir da existência de filhos.

O sistema periférico se estabelece em torno dos seguintes elementos: “religião”, “companheirismo”, “solidariedade”, “calor humano”, “amparo”, “apoio”, “carinho” e “paz”. Eles possibilitam a adaptação do indivíduo à realidade globalizante, estimulando atitudes contrárias a este contexto sócio-econômico. Trata-se de realidade que exarceba o individualismo, garantindo o bem estar de minorias e o mínimo de sobrevivência das maiorias. Espera-se, também, que estes elementos dêem conta do que é vivenciado como uma das principais dificuldades destas famílias: as relações psico-afetivas. Além disso, os elementos de “calor humano”, “amparo” e “carinho” possibilitam o estabelecimento de comportamentos em favor dos filhos, garantindo a finalidade desta família.

É importante considerar aqui, que os valores do trabalho e estudo, referidos anteriormente, só são fortemente focados por estas famílias enquanto meios de sustentar os elementos do sistema periférico.

### 3.3.6 - CLASSE C

As famílias desta classe têm um papel significativo na estrutura social, pois constituem a maioria das famílias brasileiras (45,7% das famílias do Estado de Alagoas e 42% das famílias brasileiras – PNAD, 1999). Entretanto, mesmo com esta característica particular, apresentam os índices mais baixos no que se refere à qualidade de vida.

No caso das famílias pesquisadas, 60,0% das pessoas não têm o ensino fundamental completo, sendo que 10,0% destas são analfabetas. Além disso, nenhuma delas teve acesso ao nível superior de escolaridade. Desta forma, é um grupo que não consegue, na sua maioria, dominar as ferramentas básicas relativas à escolaridade, atropelando assim as possibilidades de ascensão social e participação efetiva no processo de desenvolvimento social. O tamanho médio destas famílias (4,8 pessoas por família) e um índice mensal de R\$ 329,33 por família, caracterizam mais ainda as limitações econômicas e culturais destes indivíduos, exigindo que

os mesmos se envolvam muito cedo com o processo produtivo, determinando pouco tempo para a sua escolarização.

As famílias completas caracterizam 57,1% destas famílias, sendo as demais formadas por família incompleta e por família extensa, sem a presença de um dos pais<sup>10</sup>. Enquanto aquelas seguem o modelo da família nuclear burguesa, estas representam uma forma presente historicamente nos grupos de escravos, migrantes e menos favorecidos economicamente. A ausência de um dos pais é muito mais resultante da busca destes por condições de sobrevivência longe do local de origem, desestruturando os elementos psico-afetivos dos laços familiares. Desta forma, as dificuldades de manutenção dos vínculos familiares deste grupo colocam em cheque a relação pobreza/família irregular, pois esta nem sempre é uma variável considerada determinante deste tipo de família (NEDER, 2000:42).

Os casamentos consensuais correspondem a 57,1% dos casamentos realizados nesta classe, evitando, assim, despesas financeiras quando da sua efetivação. Desta forma, este tipo de casamento evidencia muito mais a união afetiva entre seus membros do que as conseqüências e os compromissos contratuais resultantes.

*“A gente morava no interior. Aí, pra gente não se sentir sozinho, resolvemos morar juntos”* (A.L.R., homem, 20 anos).

*“Eu não ligo muito pra essa história de casar. A gente se gosta e pronto”* (M.N.O., mulher, 19 anos).

Entretanto, temos ainda os demais 42,9% realizando casamentos contratuais, sendo 14,3% apenas no civil e os demais no religioso. Desta forma, esta classe assume, parcialmente, o contexto burguês dominante dos casamentos realizados em uma sociedade capitalista.

A prática religiosa ligada à igreja católica é assumida por 60,0% das pessoas destas famílias, enquanto 26,7% participam ativamente das igrejas evangélicas. Portanto, a maioria destas famílias mantém a tradição religiosa da população brasileira, que, historicamente,

---

<sup>10</sup> No caso destas famílias pesquisadas, o pai é ausente em 100% delas.



sempre esteve enraizada na igreja católica. As práticas religiosas das igrejas evangélicas têm definido, para a outra parte destas famílias, a vivência de características mais radicalmente espirituais e conservadoras.

*“Sem Jesus Cristo a família da gente fica mais perto do pecado, aumentando a violência e desrespeitando os pais”.* (S.R.L., mulher, 57 anos)

*“Na Bíblia a gente encontra solução para todos os nossos problemas. Basta ter fé e confiar”.* (L.R.M., mulher, 24 anos)

*“As famílias seriam melhores se andassem de acordo com a lei de Deus”.* (A.O.T., mulher, 45 anos)

Esta visão do mundo, por sua vez, admite facilmente o fatalismo religioso dos problemas sócio-econômicos, gerando acomodação frente aos mesmos. Há uma pequena parcela (13,3%) de pessoas que não se identificam com nenhuma religião, distanciando-os assim da ideologia religiosa fortemente dominante nesta classe.

Nestas famílias, o pai é a principal pessoa de referência (57,1%), o que vem reformar o machismo, enquanto processo dominante da vida interna das mesmas.

*“Eu decido tudo. Ela só sabe cuidar dos meninos e da casa”* (A.O.R, homem, 23 anos).

Na parcela restante das famílias, a mãe ocupa esta função, determinando o caráter feminista do processo decisório da sua vida interna. É importante considerar, aqui, que esta é uma característica encontrada nas famílias desta classe como resultado do abandono da família por parte do pai. Assim, a mulher (mãe) pobre se vê obrigada a assumir este comportamento, reforçando a idéia da feminização da pobreza, referida anteriormente.

As atividades internas da vida da família são realizadas maciçamente pela mulher, num total de 72,3%, reforçando assim uma das características da família patriarcal que é a mulher como responsável pela vida privada da família. Neste sentido, a idéia da mulher como “rainha do lar” adquire um status significativo. Por outro lado, as ações realizadas apenas pelo

homem – em torno de 10,8% das atividades domésticas – são centradas apenas no comprar e pagar, espaço de intersecção com o mundo do público. Assim, para estas famílias, se considerarmos o avanço da mulher como sendo a referência na vida do lar, devemos contrapor a grande dependência da ação feminina nas tarefas domésticas. São situações que opõem o antigo modelo patriarcal de ser família, frente à realidade contemporânea de afirmação da mulher no núcleo familiar.

A principal atividade ocupacional das pessoas desta família é o fato de ser estudante (26,0%), seguida do desemprego (22,2%) e de 22,2% voltadas exclusivamente para as atividades domésticas. Considerando que estas atividades não geram rendimentos imediatos para a família, temos um total de 70,4% de pessoas não participantes diretas do sistema produtivo, acrescendo-se ainda 11,1% de aposentados. As demais atividades ocupacionais dos membros destas famílias não têm nenhuma relação com o nível superior profissional. Desta forma, compreende-se mais facilmente o baixo nível salarial destas famílias, o difícil acesso a bens e serviços, assim como a pouquíssima participação no setor produtivo da sociedade.

A principal dificuldade vivida por estas famílias, em relação às demais, é a falta de dinheiro, conforme opinião de 39,2% dos entrevistados. Esta compreensão reflete uma interpretação objetiva da realidade econômica vivida por estas. Em seguida a esta, a falta de diálogo (17,9%) entre os membros destas famílias é a principal dificuldade. Trata-se de um comportamento por parte de alguns de seus membros, exigido pelo afastamento constante da vida em família, resultante da necessidade de encontrar soluções para a difícil situação financeira. Além disso, acredita-se que a superação desta dificuldade poderá facilitar formas de controle que irão gerar estabilidade no relacionamento entre as pessoas da família. As situações de doenças no seio da família são referidas por 14,3% dos entrevistados. O pouco acesso a salários adequados e bens produzidos, apesar dos serviços mantidos pelo Estado, possibilitam este quadro. É importante considerar que os serviços prestados pelo Estado brasileiro são de inexpressiva qualidade, alimentando os sentimentos de sofrimento frente às dificuldades de cura.

A participação da família na religião é o valor mais desejado pelos entrevistados (28,6%), confirmando assim a prática religiosa como elemento fundamental na organização da família brasileira.

*“Nós não temos religião. Mas, a gente sabe que precisa”* ( N.O.L., homem, 22 anos).

Em seguida a este, e em decorrência da realidade sócio-econômica deste grupo, o valor trabalho é considerado por 26,2% dos entrevistados. Neste mesmo sentido, o estudo e a leitura são considerados por 19,1% dos entrevistados, por entenderem que a vivência destes valores lhes permitirá o acesso à educação e ao trabalho.

*“Eu vou prá escola no próximo ano. Não consigo nada. Fico só lavando roupa pra fora”* (M.S.L., mulher, 21 anos).

O núcleo central das representações sociais (Anexo 08), expresso por estas famílias, dá sentido à organização cognitiva e simbólica que estas possuem sobre família. Ele é centrado nas idéias de “presente de Deus” e “filhos”, que são acrescidas da “religião”, “amor”, “união”, “paciência”, “respeito” e “humildade”. Desta forma, o elemento religioso define o significado de família, assim com a existência de filhos torna-se o centro da organização familiar.

Esta significação religiosa está intimamente agregada às formas de organização da família brasileira, moldada pelo contexto religioso da nossa sociedade, desde a colonização até os dias de hoje. Os grupos menos favorecidos econômica e socialmente, copiavam o modelo nuclear burguês, típico das classes dominantes, visando acomodar-se às características deste sistema. Desta forma, assumiam o comportamento ideológico da submissão e acomodação induzido pelo processo religioso da nossa sociedade.

Em contrapartida a este simbolismo, apresenta-se também o elemento da centralização nos filhos enquanto membros definidores da organização familiar. A família vive, então, em torno do significado de ser filho, que se visualiza nas relações amorosas de dependência e de carinho. O elemento paternal e maternal, típico do modelo patriarcal de família, é substituído pelo filial, determinando um novo aspecto da representação social, para estas famílias. Desta forma, este núcleo central sobre família se define pela norma religiosa e pela função filial. Entretanto, o núcleo central é também apresentado através de elementos comportamentais que controlam o modo de ser dos indivíduos: “união”, “respeito”, “paciência”, “respeito” e “humildade”. Estas famílias se propõem este controle, visando firmar comportamentos moralizantes capazes de estabelecer a estabilidade do núcleo familiar e da sociedade.

O sistema periférico está constituído pelos elementos “alegria”, “felicidade”, “fé”, “carinho”, “paz”, “solidariedade” e “ser fiel”. São elementos relacionados à religiosidade (fé, paz), à vivência filial na família (felicidade, carinho) e a comportamentos moralizantes idealizados (ser fiel, solidariedade), que facilitam a estabilidade do núcleo central sobre família (filhos, religião). Além disso, definem a existência de comportamentos mediadores entre as práticas sobre a família e o seu núcleo central.

A apresentação do contexto destas três classes se completa com o quadro comparativo abaixo (Quadro 02), referente às famílias destes indivíduos.

QUADRO 02 – Características das famílias por item e classe social

| ITEM   | CLASSE A  | CLASSE B  | CLASSE C  |
|--|---|---|---|
| Escolaridade (Tabela 3)                          | A maioria com superior completo ou a completar.<br>Inexistência de analfabetos.<br>Os ensinos fundamentais e médios são realizados em escolas particulares. | Uma parcela significativa (37,5%) não concluiu o ensino fundamental, mesmo estando na idade escolar.<br>37,5% concluiu o ensino médio.<br>Inexistência de analfabetos.<br>Apenas 4,2% concluiu o ensino superior. | Mais da metade (60,0%) não concluiu o ensino fundamental.<br>10,0% de analfabetos.<br>Ninguém teve acesso ao ensino superior. |
| Rendimento médio mensal, por família (Tabela 12) | 21 salários mínimo  | 7,11 salários mínimo  | 1,65 salários mínimo  |
| Tipo de família (Tabela 5)                       | 100% de famílias completas.   | 66,7% de famílias completas.<br>16,6% de famílias incompletas, sem a presença do pai.<br>16,6% de famílias recompostas.   | 57,1% de famílias completas.<br>28,6% de famílias extensas, sem a presença do pai.  |

|   |   |   |   |
|---|---|---|---|
| Tipo de casamento (Tabela 6)                  | 100% de casamentos no religioso com efeito civil.   | 66,7% de casamentos no religioso com efeito civil.<br>16,6% de casamentos apenas no civil.<br>16,6% de uniões consensuais.  | 28,6% de casamentos no religioso.<br>14,3% de casamentos apenas no civil.<br>57,1% de uniões consensuais.   |
| Religião (Tabela 8)                           | 55,6% de espíritas e 44,4% de católicos.  | 54,2% praticam a religião católica, 29,2% as religiões evangélicas e 16,7% outras confissões religiosas.  | 60,0% praticam a religião católica, 26,7% são evangélicas e os demais não têm religião definida.  |
| Tamanho médio da família (Tabela 7)           | 4,5 membros por família.  | 4,3 membros por família.  | 4,8 membros por família.  |
| Pessoa de referência na família (Tabela 9)    | O pai é a única pessoa de referência.   | 50,0% das famílias admitem o pai como a pessoa de referência.<br>50,0% admitem a mãe.   | 57,1% admitem o pai como a pessoa de referência.<br>42,9% admitem a mãe.  |
| Realização das tarefas domésticas (Tabela 10) | 50% das tarefas são de responsabilidade da mulher.<br>25% são realizadas ao mesmo tempo por homem e mulher.<br>As demais 25% são realizadas exclusivamente pelo homem, sendo que 80% destas se referem ao mundo exterior à família. | 57,0% das tarefas são de responsabilidade da mulher.<br>27,8% são realizadas, ao mesmo tempo, pelo homem e pela mulher.<br>15,2% são de responsabilidade do homem, sendo que 66,7% destas se referem ao mundo exterior à família. | 72,3% das tarefas são de responsabilidade da mulher.<br>16,9% são realizadas pelo homem e mulher, ao mesmo tempo.<br>10,8% são exclusivas do homem, restringindo-se às ações de comprar ou pagar. |

|  |  |   |  |
|--|--|---|--|
| <p>Ocupação atual<br/>(Tabela 11)</p>                    | <p>55,6% é constituída por estudantes e 44,4% por profissionais de nível superior.</p>   | <p>25,0% é constituída por estudantes.<br/>Há 10,0% de desempregados.<br/>Há 10,0% de profissionais de nível médio.<br/>Apenas 10,0% se ocupam com profissões de nível superior.</p>  | <p>26,0% é constituída por estudantes.<br/>Há 22,2% de desempregados, 18,5% de domésticas e 11,1% de aposentados.<br/>O restante é constituído por atividades ocupacionais relacionadas a serviços gerais.</p> |
| <p>Dificuldades vividas pela família<br/>(Tabela 13)</p> | <p>Relacionadas igualmente à não prática da religião, comportamentos agressivos entre os familiares, falta de dinheiro e doenças.</p>      | <p>A falta de dinheiro é a principal dificuldade.<br/>A falta do diálogo e os conflitos interpessoais também são considerados como grandes dificuldades.<br/>A falta da prática religiosa é uma das dificuldades menos considerada.</p> | <p>A falta de dinheiro é a principal dificuldade (39,2%).<br/>17,9% referem a falta de diálogo.<br/>14,3% fazem referência à existência de doenças.<br/>7,1% fazem referência aos vícios como dificuldade.</p> |
| <p>Valores familiares<br/>(Tabela 14)</p>                | <p>25,0% relacionados ao trabalho. O restante faz referência à participação na religião, lazer, espírito crítico e prática de esporte.</p> | <p>O estudo e a participação na religião são os principais valores.<br/>O trabalho e o espírito crítico são também valores bem considerados.</p>  | <p>A participação na religião é o principal valor (28,6%).<br/>26,2% referem o valor do trabalho.<br/>19,1% consideram o estudo e leitura como valores.</p>  |

|   |                                       |  |   |
|---|---------------------------------------|--|---|
| <p>Núcleo central da representação social. (Anexos 06, 07 e 08)</p>     | <p>“amor”<br/>“compreensão”</p>       | <p>“fé”<br/>“presente de Deus”<br/>“fraternidade”<br/>“união”<br/>“amor”<br/>“respeito”<br/>“compreensão”<br/>“diálogo”<br/>“filhos”</p> | <p>“presente de Deus”<br/>“filhos”<br/>“religião”<br/>“amor”<br/>“união”<br/>“paciência”<br/>“respeito”<br/>“humildade”</p> |
| <p>Sistema periférico da representação social. (Anexos 06, 07 e 08)</p> | <p>“diálogo”<br/>“apoio”<br/>“fé”</p> | <p>“religião”<br/>“companheirismo”<br/>“solidariedade”<br/>“calor humano”<br/>“amparo”<br/>“paz”<br/>“apoio”<br/>“carinho”</p>           | <p>“alegria”<br/>“felicidade”<br/>“fé”<br/>“carinho”<br/>“paz”<br/>“solidariedade”<br/>“ser fiel”</p>                       |

## CONCLUSÃO

Ao iniciarmos a discussão sobre o objeto família, estávamos interessados em compreendê-la a partir do pensamento elaborado pelos seus próprios membros. Entendíamos que, nem sempre, o ponto de vista dos teóricos, dos formadores de opinião e dos gerenciadores de políticas públicas, é o mesmo daqueles. Desta forma, as ações de intervenção propostas por estes, junto à família, poderiam não surtir o resultado esperado.

Neste sentido, utilizamos a teoria das representações sociais, visando compreender o pensamento elaborado pelos membros da organização familiar. Esta teoria permite visualizar as construções simbólicas construídas por um determinado grupo humano, a partir da sua realidade sócio-histórica, sobre o tema família, e que dão consistência ao modo de ser dos indivíduos do grupo. As possibilidades desta teoria vão no sentido de compreender os elementos cognitivos centrais do objeto em questão, elaborados pelos indivíduos, independentemente da teorização metodológico-científica sobre o mesmo. Da clareza desta compreensão fluiria uma realidade mais objetiva sobre a família, identificando suas práticas específicas, a história do grupo, os elementos de estabilidade e resistência, assim como dados da adaptação ao contexto imediato. Entretanto, pelo fato de serem representações construídas por um determinado grupo humano, oferecem limitações quando de uma possível aplicabilidade universal. É bem verdade que a discussão do particular versus universal tem sido no sentido de não compreendê-los como opostos, mas sim como partes de um único todo. Desta forma, aquela limitação vê-se parcialmente resolvida, pois os particulares visualizam um universal, ainda que abstrato, e o universal só tem significado se compreendido na inter-relação dos particulares, que são concretos.

As formas de ser de um grupo delimitam, portanto, as representações sociais sobre família. Neste sentido, o contexto sócio-econômico do grupo humano considerado, adquire um significado importante na elaboração destas representações. Estes elementos cognitivos são, pois, construídos no contexto dos determinantes sócio-econômicos específicos de cada grupo humano ou classe social.



Assim, procuramos visualizar as representações sociais sobre família a partir do contexto de cada classe social. O dinamismo da sociedade, desde o estabelecimento do processo de industrialização, se desenvolveu nas inter-relações e luta de classes. O sistema produtivo, a organização do Estado, a cultura, as ideologias políticas e religiosas, eram todos determinados e determinantes por esta dinâmica social. A história das sociedades vai sendo construída no desenrolar deste conflito de classes. Cada classe social, ainda que interagindo com as demais, tem sua própria história, sua forma de ver o mundo e as instituições sociais, seus processos de intervenção e resistência, sua cultura. Portanto, as representações sociais sobre família não têm a mesma simbologia para as diferentes classes sociais.

No caso das famílias pesquisadas, há poucas diferenças sobre os elementos verbalizados do núcleo central e sistema periférico das representações sociais sobre família. Entretanto, o significado destes elementos frente à realidade das práticas sociais, do contexto educacional e ocupacional dos seus indivíduos, do dinamismo da organização familiar e dos valores a serem vividos, apresenta-se diferenciado conforme a classe social a que pertence a família. As famílias das classes sociais mais favorecidas (Classe A) procuram manter uma estabilidade típica do modelo nuclear burguês, pois este possibilita a continuidade do sistema produtivo e a reprodução social do tipo capitalista. A estrutura familiar tradicional – pai, mãe, filhos – é mantida, independentemente dos conflitos existentes nas relações internas dos seus membros ou surgidos frente à nova função social da mulher. O casamento é garantido pelos vínculos do contrato jurídico, evitando-se rompimento do mesmo, e, no caso da família brasileira, apoiado na tradição dos valores religiosos. Desta forma, a possibilidade de crise na estrutura familiar é superada com a perspectiva dominante de homogeneizar o grupo em torno de valores e comportamentos afetivos capazes de manter a unidade desta estrutura. Neste sentido, a centralização das tomadas de decisão na figura do pai dá suporte a esta unidade no contexto do modelo patriarcal e nuclear burguês. A presença da mulher é preponderante nas atividades específicas da vida doméstica familiar, ainda que estas sejam assumidas parcialmente pela mãe, pela empregada doméstica ou pelas filhas. A presença do homem é restrita a poucas atividades da vida doméstica familiar.

Todos estes elementos garantem uma estrutura familiar adequada aos seus interesses, enquanto grupo dominante na sociedade capitalista.

Assim, as representações sociais, verbalizadas nos conteúdos do “amor” e da “compreensão”, enquanto centrais, e complementadas com os do “diálogo”, “apoio” e “fé”, confirmam este quadro de características próprias das famílias das classes mais favorecidas. O “amor” e a “compreensão” simbolizando a função central desta organização familiar. O “diálogo”, o “apoio” e a “fé”, como estratégias comportamentais que vêm garantir o desejo de unidade entre seus membros, assim como a característica ideológica da religião cristã. Esta última, no caso da família brasileira, reportando-se ao contexto sócio-religioso dominante, desde a colonização. Desta forma, esta família parece se distanciar das crises presentes na atualidade e que estão exigindo uma nova forma de ser família.

As políticas públicas, ainda que mais voltadas para famílias de classes sociais menos favorecidas, reforçam estratégias de ação cultural, ideológica e sócio-econômica que garantem a manutenção deste tipo de estrutura familiar. É uma manutenção necessária, pois é um modelo dominante que implica em políticas públicas capazes de garantir a “estabilidade” e a “acomodação”, necessários aos interesses sociais dominantes. Assim, as ações de caráter cultural e ideológico, vividas pelas famílias desta classe, se estendem às demais famílias, especialmente àquela da classe C.

As famílias de classe média (Classe B) não apresentam uma identidade própria, construída historicamente, a respeito do modelo de família. A transitoriedade da sua estrutura tanto a refere com buscando manter elementos do modelo nuclear burguês, com resquícios de patriarcalismo, como tentando adaptar-se às características da sociedade pós-moderna: prioridade ao indivíduo em detrimento do grupo, submissão aos determinantes do mercado e do consumo, globalização dos interesses econômicos e financeiros frente às especificidades do ser humano, maior atenção aos grupos humanos mais excluídos dos bens resultantes do processo social (mulher, negro, índio, idoso, criança, grupos religiosos). São processos que interferem no modo de ser família, exigindo uma nova formatação da estrutura familiar. Um pouco mais da metade destas famílias se assumem como famílias completas, mantendo o modelo de pai, mãe e filhos. Entretanto, admite-se claramente a existência de famílias sem a presença de um dos pais (no caso das famílias pesquisadas o pai era o ausente) ou famílias com pais e filhos de famílias originalmente diferentes (recompostas).

Esta última forma, ainda que mantendo os elementos de pai, mãe e filhos, resulta de vínculos biológicos e afetivos desfeitos e, posteriormente, recompostos com outros

indivíduos. O centro desta reengenharia familiar está fundada no estabelecimento de vínculos afetivos mais consistentes, que priorizam o bem-estar do indivíduo.

Aquela outra forma, resultante do rompimento do vínculo familiar por parte de um dos pais, procura garantir relações psico-afetivas mais saudáveis para todos os seus membros. Neste quadro, a função da mãe é de compensar as perdas econômicas e afetivas, tornando-se o novo membro agregador desta família. Esta mudança redefine a função da mãe como elemento responsável pelas decisões familiares, pois esta é uma característica da metade das famílias desta classe social. O sistema produtivo, entretanto, não estabelece valores iguais para estes homens e mulheres, pois estas continuam tendo menores condições financeiras de acesso aos bens produzidos. É importante considerar aqui, que a motivação econômica não é o único fator responsável por esta mudança. A necessidade de recompor as relações psico-afetivas perdidas, é também uma outra característica desta mudança, pois os indivíduos buscam construir relações saudáveis, capazes de garantir estabilidade e reprodução social. Da mesma forma, a definição da mãe como elemento central das tomadas de decisão, par a metade destas famílias, implica na valorização da função da mulher frente à estrutura atual da sociedade, evidenciando a mudança referida. Entretanto, em função da instabilidade financeira atual, que não atende satisfatoriamente o consumo, a motivação econômica adquire um significado importante dentre os elementos determinantes desta mudança de modelo.

O centro das atividades específicas da vida deste lar é referenciado na mulher. Ela tem responsabilidade exclusiva em mais da metade destas atividades, retomando assim o modelo patriarcalista. Desta forma, ainda que se coloque a mãe, em parte, no centro decisório da família, as atividades específicas da vida do lar continuam quase que totalmente sob sua responsabilidade.

Admite-se uma pequena parcela de uniões consensuais, ainda que se priorize os casamentos na forma tradicional – religioso com efeito civil. A legalidade do vínculo matrimonial não é uma questão central para todas estas famílias. Nestes casos, prioriza-se o estabelecimento de vínculos que dêem suporte ao processo de reprodução social, em detrimento às normas que exigem a implementação dos mesmos.

As representações sociais verbalizadas pelos membros desta classe vão no sentido de buscar garantir a unidade afetiva do grupo familiar, assim como a vivência de

comportamentos controladores das relações entre seus membros. Estes elementos visam confrontar as crises das relações interpessoais que ameaçam a consistência dos vínculos afetivos, e que estão presentes na sociedade atual.

A preocupação com a religiosidade está também no centro das representações sociais sobre família, para este grupo. Ela funciona como apoio à unidade familiar, pois esta é a perspectiva fundamentada na forte tradição cultural da família brasileira. A religião sempre foi utilizada como elemento apaziguador das situações consideradas como de conflito.

Um outro elemento das representações sociais, neste caso, situa os filhos no centro da organização familiar. Esta nova reordenação do modelo familiar não mais evidencia o casamento ou a relação matrimonial, apresentando o filho como o eixo central desta estrutura. É um dos elementos que participa da nova situação deste modelo familiar sem, entretanto, funcionar como o estimulador central da perda dos vínculos psico-afetivos e biológicos, presente neste modelo.

As políticas públicas, neste caso, se caracterizam por um não envolvimento mais objetivo com esta realidade de mudança. Tratam de elementos pontuais (criança, adolescente, idoso), quando estes incomodam a estrutura social, mas não possuem um direcionamento mais abrangente para toda a família. Assim, as ações voltadas para um ensino de melhor qualidade, para uma maior consciência dos problemas surgidos com o uso de álcool, drogas e fumo, para uma atenção específica às características do idoso, têm este objetivo. Porém, não alcançam a família de uma maneira geral.

As famílias das classes menos favorecidas (Classe C) apresentam também elementos do modelo nuclear burguês, encontrados com mais intensidade nas famílias mais favorecidas. Entretanto, há também uma forte perspectiva de estrutura familiar que une famílias originalmente diferentes, sem a presença do pai. As dificuldades econômicas muito fortes tendem a aproximá-las, visando possibilitar o acesso ao sistema produtivo e aos bens produzidos. Assim, as famílias desta classe social, ao mesmo tempo em que copiam o modelo das classes dominantes, estruturam-se num modelo que dê conta da sua sobrevivência, frente à estrutura social capitalista. No caso da realidade brasileira, este é um fenômeno presente na periferia dos grandes centros urbanos, em função de uma intensa migração e de uma urbanização desordenada. Desta forma, a sobrevivência diária é a perspectiva básica destas

famílias. A internalização do modelo dominante, portanto, ainda que justifique cognitivamente a participação no processo social, não impede a busca de um modo diferente de ser família.

Neste sentido, a maioria dos casamentos se dá de uma forma consensual, pois o objetivo não é de estabelecer um vínculo contratual ou psico-afetivo, mas de ter as condições mínimas de sobrevivência. Para isto, supera-se, inclusive, as ideologias religiosas de casamentos indissolúveis.

Entretanto, esta forma de ser família conflita, parcialmente, com o que pensam os seus membros, sobre família. O pai é considerado, na maioria das famílias, a pessoa de referência para a tomada de decisões. Mesmo que a sua presença não seja constante ou definitiva, junto à família, os resquícios do patriarcalismo, apoiado no “machismo”, determinam os modos de ser destas famílias. Ainda que em menor intensidade do que o ocorre com as famílias de classe média, as mães também exercem a função decisória na família. A ausência definitiva do pai é o principal elemento desta nova função da mulher. Ela surge na situação de falta do pai, independentemente assim da perspectiva proposta pelo movimento feminista no que se refere à nova função social da mulher.

Nestas famílias, a mulher mãe realiza quase todas as tarefas domésticas, muitas vezes sozinha, pois não possui empregada doméstica. A participação do homem, nestas tarefas, é de menor intensidade, se comparada com as demais classes. Desta forma, o patriarcalismo aparece com toda a sua força cultural, pois a mulher se submete às determinações do homem, uma vez que ela necessita dele para dar conta da sobrevivência da sua família.

A prática da religiosidade é um outro elemento forte, presente no desejo de ser família. A religião é considerada como um ponto de apoio à sobrevivência diária, facilitando a superação de situações (vícios, drogas, doenças, violência) que atropelam as necessidades cotidianas. Esta perspectiva reforça o processo cultural da família brasileira, voltada para a religiosidade, desde a colonização.

As representações sociais verbalizadas pelos membros desta família, reforçam a perspectiva religiosa para a família, pois aquelas funcionam como controle das práticas sociais desta. A prática religiosa das famílias as tornará mais capazes de exercerem

comportamentos controladores das relações entre seus indivíduos, facilitando a dinâmica familiar e a capacidade de sobrevivência.

Estas representações evidenciam também a presença dos filhos como o centro da sua forma de ser família, pois eles significam a continuidade daquela estrutura e a possibilidade de aquisição de um status social diferente do atual. Esta centralidade coloca em cheque, portanto, o modelo nuclear burguês, pois não evidencia as relações pai, mãe e filhos, nem os vínculos matrimoniais.

Assim, o contexto das políticas públicas explicitadas para estas famílias, necessita caminhar no sentido de criar condições de participação efetiva no sistema produtivo e acesso aos bens produzidos. Porém, a questão é que as torna participantes, sem, entretanto, libertá-las dos processos de dependência social.

A utilização teórica das representações sociais possibilitou, assim, compreender a simbolização específica destes construtos cognitivos. Além disso, situou os elementos de controle e regulação, presentes no centro desta teoria, caracterizando as práticas sociais existentes ou desejadas para o núcleo familiar.

A família está mudando. As crises vivenciadas na atualidade do processo social, resultante do desgaste do modelo capitalista de produção e do estímulo ao individualismo, vêm interferindo intensamente no modo de ser família. Entretanto, estas crises não atingem igualmente a família, pois as diferenças sociais provocam reações específicas à cada classe social.

Esperamos que as políticas públicas, assim como as instituições educacionais ou religiosas, busquem estratégias de ações mais específicas que atendem à realidade objetiva das famílias. É bem verdade que estas, no sistema capitalista, se definem pela manutenção dos interesses do capital. Entretanto, a crise atual deste sistema nos aponta novas possibilidades que venham dimensionar políticas específicas para a família, conforme o contexto sócio-econômico vigente.

O desvelamento destas questões, ao mesmo tempo em que apresentou a existência de contornos diferentes para o modo de ser família, conforme a classe social a que pertença,

trouxe à tona elementos desta discussão, não totalmente compreendidos. Os possíveis transtornos causados pelo fenômeno da globalização, junto à família, têm determinado nova forma de ser família, sem entretanto compreendermos mais profundamente a dimensão desta situação. A essência da instituição familiar se mantém, independente das formas que a mesma assume, ao longo do tempo. Entretanto, torna-se necessário dimensionar as relações desta essência com a função social da família, na atualidade, buscando-se considerá-las sem a influência dos contextos político-religiosos.

## BIBLIOGRAFIA

ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. In: *Estudos interdisciplinares de representação social*, Antonia Silva Paredes Moreira (Org) e Denize Cristina Oliveira (Org), 2 ed. Goiânia: AB, 2000. p. 27-38.

ALMEIDA, Ângela Mendes et al. *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

BARRETTO, Elvira Simões. *Sexualidade e gravidez entre adolescentes: busca ou desordem?* Maceió, 1999. 170 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

BONFIM, Mauricéia Lígia Neves da Costa. *Políticas sociais e famílias multifacetadas: uma perspectiva sócio-cultural*. Rio de Janeiro, 1998. 151 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

BOTTOMORE, Tom et al. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2000*. 2000.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores*. Rio de Janeiro: IBGE 2000, ISBN 85-240-0822-9, 2000.

BRUSCHINI, M.C.A. *Resenha: a teoria crítica da família*. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 37, p. 98-103, 1981.

CARVALHO, Maria do Carmo Brandt de. A priorização da família na agenda da política social. In: *Família Brasileira: a base de tudo*, Silvio Manoug Kaloustian (Org), São Paulo: Cortez, 2000. p.93-108.

CARVALHO, Maria do Carmo Brandt de et al. *A família contemporânea em debate*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

CARVALHO, Maria do Rosário. O construto das representações sociais: implicações metodológicas. In: *Representações sociais: teoria e prática*. Antonia Silva Paredes Moreira (Org), João Pessoa: Universitária, 2001. p. 441-450.

CASTELLS, Manuel. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: *O poder da identidade*. \_\_\_\_\_ . V. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.



- CERRONI, Humberto et al. *A crise da família e o futuro das relações entre os sexos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.
- CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira et al. *Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *A família como vai?* São Paulo: Salesiana. Dom Bosco, 1994.
- COSTA, Ana Rita Firmino et al. *Orientações metodológicas para produção de trabalhos acadêmicos*. 4 ed. Maceió: EDUFAL, 2000.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes da. A família como questão social no Brasil. In: *Família brasileira: a base de tudo*, Silvio Manoug Kaloustian (Org), São Paulo: Cortez, 2000. p. 19-25.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DAHRENDORF, Ralf. *As classes sociais e seus conflitos na sociedade industrial*. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.
- DURKHEIM, Emile. *De la división del trabajo social*. Buenos Aires: Schapire Editor S.R.L., 1973.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- FREIRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. 9 ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 1977.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- GOMES, Jerusa Vieira. Família: cotidiano e luta pela sobrevivência. In: *A família contemporânea em debate*, Org. Maria do Carmo Brandt de Carvalho. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997. p.61-71.
- JODELET, Denise (Org). *Les représentations sociales*. 5 ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- KALOUSTIAN, Silvio Manoug (Org.). *Família brasileira: a base de tudo*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- LAINING, R. *A família*. São Paulo: Martins Fontes, s.d.
- LASCH, C. *Refúgio num mundo sem coração. A família: santuário ou instituição sitiada?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- MEDINA, C. A. de. *Família ontem, hoje, amanhã*. Debates Sociais. Rio de Janeiro. Ano XXVI, p. 13-27, 1º e 2º Sem. 1991.
- MOREIRA, Antonia Silva Paredes (Org.). *Representações sociais: teoria e prática*. João Pessoa: Universitária, 2001.
- MOREIRA, Antonia Silva Paredes (Org) e OLIVEIRA, Denize Cristina (Org). *Estudos interdisciplinares de representação social*. 2 ed. Goiânia: AB, 2000.
- MOSCOVICI, Serge. *La psychanalyse, son image et son public: étude sur la représentation sociale de la psychanalyse*. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.
- MYNAIO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- NEDER, Gizlene. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: *Família brasileira: a base de tudo*, Silvio Manoug Kaloustian (Org), São Paulo: Cortez, 2000. p. 26-46.
- OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. *Dinâmica, composição e valores familiares: oposições e complementariedade entre o feminino e o masculino*. In: Anais do VII ENPESS, v. IV, p. 26-33.
- PEIXOTO, Clarice Ehlers et al. *Família e individualização*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- PEREIRA, Potyara A. P. *Desafios contemporâneos para a sociedade e a família*. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, n.48, p. 103-113, 1995.
- RIBEIRO, Rosa Maria et al. Estrutura familiar, trabalho e renda. In: *Família brasileira: a base de tudo*. Silvio Manoug Kaloustian (Org.). 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 135-158.
- RICHARDSON, Roberto Jarry et al. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- RICHTER, Horst E. *A família como paciente*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990
- RIDENTI, Marcelo. *Classes sociais e representação*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- ROCHA, Scheilla Nadéria Rodrigues. *O conhecimento prático do senso comum como forma de apreender e agir em sociedade: aproximações teórico-metodológicas à teoria das representações sociais*. Artigo extraído da Dissertação de Mestrado em Serviço Social: Assistência ao estudante universitário: representações e práticas no espaço acadêmico – Universidade Federal de Pernambuco. Mimeografado
- SÁ, Celso Pereira de. *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. Tendências atuais da história da família no Brasil. In: *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*, Ângela Mendes Almeida et al. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

SEGALEN, Martin. *Sociologia da família*. Lisboa: Terramar, 1999.

SILVA, Benedicto. *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

SZYMANSKI, Heloisa. Teorias e “teorias” de famílias. In: *A família contemporânea em debate*, Maria do Carmo Brant de Carvalho (Org). 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997. p.23-27.

TAKASHIMA, Geney M. Karazawa. O desafio da política de atendimento à família: dar vida às leis – uma questão de postura In: *Família brasileira: a base de tudo*, Silvio Manoug Kaloustian (Org). São Paulo: Cortez, 2000. p.77-92.

VICENTE, Cenise Monte. O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo. In: *Família brasileira: a base de tudo*, Silvio Manoug Kaloustian (Org). São Paulo: Cortez, 2000. p.47-59.

VYGOTSKY, L.S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

WAGNER, Adriana (Org.). *Família em cena: tramas, dramas e transformações*. Petrópolis: Vozes, 2002.

WAGNER, Wolfgang. Sócio-gênese e características das representações sociais. In: *Estudos interdisciplinares de representação social*, Antonia Silva Paredes Moreira (Org) e Denize Cristina Oliveira (Org). 2 ed. Goiânia: AB, 2000. p.3-25.

YAZBECK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

# A N E X O S

## ANEXO 01

### QUESTIONÁRIO

01 – Pessoa que está respondendo o questionário:

\_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_

Função na família (pai, mãe, filhos, avós, tios, primos, outras):

\_\_\_\_\_

02 – Moram em: ( ) casa ( ) apartamento ( ) outro.

Qual? \_\_\_\_\_

03 – Tipo de moradia: ( ) própria ( ) alugada ( ) cedida

04 – Tempo de moradia na residencial atual:

( ) menos de dois anos ( ) de 2 a 10 anos ( ) mais de 10 anos

05 – No caso de moradia a menos de dois anos, responder:

( ) moravam em outro imóvel, no mesmo bairro

( ) moravam em outro bairro, na cidade de Maceió

( ) moravam em outra cidade ou Estado

06 - Número total de pessoas que moram na casa:

Total de moradores \_\_\_\_\_

07 – Identifique as pessoas que moram na casa, em relação ao respondente, pelo papel na família:

| Nº de ordem | Papel na família (pais, avós, tios, filhos, primos, padrastos, netos, amigos, etc.) | Idade |
|-------------|---|-------|
| 01          |   |       |
| 02          |   |       |
| 03          |   |       |
| 04          |   |       |
| 05          |   |       |
| 06          |   |       |
|             |   |       |

08 – Utilizando o mesmo nº de ordem da questão 07, informar:

| Nº de Ordem | Profissão atual | Salário bruto mensal disponível para as despesas com as pessoas da casa (exceto valores advindos de pensão) |
|-------------|-----------------|---|
| 01          |                 |   |
| 02          |                 |   |
| 03          |                 |   |
| 04          |                 |   |
| 05          |                 |   |
| 06          |                 |   |
|             |                 |   |

09 - No caso de recebimento de qualquer tipo de pensão, por parte de pessoas da casa, informar o valor mensal total.

Valor mensal total de pensões recebidas \_\_\_\_\_

10 – Utilizando o mesmo nº de ordem da questão 07, informar:

| Nº de ordem | Tipo de escola dos que estão estudando no momento (considerar apenas ensino pré-escolar, fundamental, médio, superior): escola pública ou escola particular. | Valor da mensalidade escolar |
|-------------|--|------------------------------|
| 01          |  |                              |
| 02          |  |                              |
| 03          |  |                              |
| 04          |  |                              |
| 05          |  |                              |
| 06          |  |                              |
|             |  |                              |

11 – Número de pessoas da casa que utilizam plano de saúde privado:

Número de pessoas que utilizam plano de saúde privado: \_\_\_\_\_

Valor total da mensalidade dos planos de saúde privado das pessoas da casa:

\_\_\_\_\_

12 – As pessoas da casa possuem automóvel? ( ) Sim ( ) Não  
Quantos? \_\_\_\_\_

13 – As pessoas da casa possuem outros imóveis? ( ) Sim ( ) Não

| TIPO DE IMÓVEL          | QUANTIDADE |
|-------------------------|------------|
| Apartamento             |            |
| Casa                    |            |
| Propriedade rural       |            |
| Outro tipo. Qual? _____ |            |

14 – Alguma pessoa da casa é proprietário de empresa (em sociedade ou não) ?

( ) Sim Não ( )

| TIPO DE EMPRESA        | QUANTIDADE |
|------------------------|------------|
| Comercial              |            |
| Industrial             |            |
| Prestadora de Serviços |            |
| Outro. Qual? _____     |            |

15 – Nos últimos dois anos, houve alguma alteração considerada significativa na renda mensal das pessoas da família? ( ) Sim ( ) Não

Qual tipo de alteração?

( ) Ganho de prêmios em loteria ou sorteios

( ) Falecimento de um dos membros

( ) Desemprego

( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

Indique os nomes de duas pessoas da casa que poderão participar da continuidade da pesquisa (no mínimo com 18 anos).

Nome \_\_\_\_\_

Idade \_\_\_\_\_

Nome \_\_\_\_\_

Idade \_\_\_\_\_

## ANEXO 02

### QUESTIONÁRIO

1. Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_ Religião: \_\_\_\_\_

Escolaridade (última série que estudou ou que estuda atualmente): \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_ Ocupação atual: \_\_\_\_\_

Local de trabalho atual: \_\_\_\_\_

Primeiro nome da pessoa (s) que costuma tomar as decisões da casa: \_\_\_\_\_

Primeiro nome das pessoas que moram na casa:

\_\_\_\_\_

---

| Primeiro nome da pessoa | Função na família (pai, mãe, filho, primo, avô, avó, sobrinho, tios, etc...) em relação à pessoa citada acima | Profissão | Ocupação atual | Idade | Sexo | Religião | Escolaridade |
|-------------------------|---|-----------|----------------|-------|------|----------|--------------|
|                         |   |           |                |       |      |          |              |
|                         |   |           |                |       |      |          |              |
|                         |   |           |                |       |      |          |              |
|                         |   |           |                |       |      |          |              |

2 . Tipo de casamento das pessoas que moram na casa (pode marcar mais de uma alternativa):

casados em comunhão total de bens

casados em comunhão parcial de bens

casados com separação de bens

casados somente no religioso

casados no religioso e no civil

casados somente no civil

vivem juntos



3. Valor mensal de salários e outros ganhos de todas as pessoas da casa (apenas o que é utilizado com as pessoas da casa): \_\_\_\_\_

4. Quem realiza, semanalmente, as seguintes tarefas da casa (citar nomes):

cozinhar alimentos \_\_\_\_\_  
limpeza da casa \_\_\_\_\_  
limpeza do jardim \_\_\_\_\_  
limpeza dos sanitários \_\_\_\_\_  
compra dos alimentos \_\_\_\_\_  
outras compras \_\_\_\_\_  
pagamento de contas \_\_\_\_\_  
lavagem de roupa \_\_\_\_\_  
cuidado com os animais \_\_\_\_\_  
acompanhamento das tarefas escolares \_\_\_\_\_  
passar roupa \_\_\_\_\_  
lavar carro \_\_\_\_\_  
limpeza dos materiais da cozinha \_\_\_\_\_  
outras. O que? Quem?

5 – O você acha que está atrapalhando a vida das pessoas na casa? (assinale no máximo duas alternativas)

- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> falta de diálogo                     | <input type="checkbox"/> falta de dinheiro                       |
| <input type="checkbox"/> agressividade entre os filhos        | <input type="checkbox"/> relacionamento difícil entre os casados |
| <input type="checkbox"/> relacionamento ruim entre os membros | <input type="checkbox"/> falta de prática na religião            |
| <input type="checkbox"/> doenças                              | <input type="checkbox"/> vícios                                  |
| <input type="checkbox"/> outro. Qual? _____                   |  |

6 – Escreva, no máximo, 32 palavras que representem o que você pensa sobre família:

## ANEXO 03

### SENSIBILIZAÇÃO

- 1 – Apresentação das pessoas ao grupo, referindo nome, atividade profissional, etc.
- 2 – Apresentação do facilitador.
- 3 – Mantendo os olhos fechados e ouvindo uma música, solicitar aos participantes que lembrem da sua família, dos relacionamentos entre seus membros, dos momentos agradáveis e dos difíceis.
- 4 – Dividir os participantes em grupos de no máximo 04 pessoas, de forma que os parentes não fiquem no mesmo grupo, para responder às questões:
  - a – O que é família?
  - b – Como você conversa com a sua família?
  - c – Quais as dificuldades que a sua família vive no momento.
- 5 – Apresentação das respostas do grupo com comentários livres.
- 6 – Cada pessoa fará um desenho livre sobre como pensa sua família.
- 7 – Cada pessoa apresentará seu desenho ao grupo, explicando o que pensou e o que sentiu.
- 8 – Comentários finais do facilitador.
- 9 – Solicitar que respondam ao questionário (Anexo 02).

## ANEXO 04

### ENTREVISTA INDIVIDUAL

- 1 – Em relação ao segundo questionário, justificar a escolha sobre quem toma as decisões da casa.
- 2 – Em relação ao segundo questionário, justificar os motivos que levaram à escolha das alternativas da questão 05.
- 3 – Solicitar esclarecimentos sobre informações completas do segundo questionário.
- 4 – Apresentando a lista abaixo, solicitar que indique 03 valores que existem ou gostariam de existir na sua família.
  - espírito crítico
  - estudo
  - leitura
  - competição
  - lazer
  - prática de esportes
  - participação na religião
  - trabalho
  - participação em associações, sindicatos, etc.
- 5 – Apresentando uma lista de palavras (Anexo 05), conforme a classe de cada um, solicitar que escolha as 16 palavras que mais têm a ver com o que pensa sobre família.
- 6 – Após essa escolha, solicitar que escolha 08 palavras das 16.
- 7 – Após essa escolha, solicitar que escolha 04 palavras das 08.
- 8 - Após essa escolha, solicitar que escolha 02 palavras das 04.
- 9 - Após essa escolha, solicitar que escolha 01 palavra das 02.
- 10 – Solicitar que justifique esta escolha final.

## ANEXO 05

### GRUPO A

AMOR

APOIO

COMPREENSÃO

FELICIDADE

PAZ

CARINHO

DIÁLOGO

FRATERNIDADE

ALEGRIA

SEGURANÇA

SOLIDARIEDADE

APRENDIZADO

RESPONSABILIDADE

FÉ

CUMPLICIDADE

AMIZADE

CRESCIMENTO

DIFICULDADES

INDISSOLUBILIDADE

COMPANHEIRISMO

DIVERGÊNCIAS

CONVIVÊNCIA

ESTABILIDADE

DISCIPLINA

VALORES

CUIDADO

TRANQUILIDADE

DIFERENÇAS

POSSIBILIDADES

PREOCUPAÇÕES

INTEGRAÇÃO

AMPARO

## GRUPO B

AMOR

APOIO

COMPREENSÃO

FELICIDADE

PAZ

CARINHO

DIÁLOGO

FRATERNIDADE

ALEGRIA

UNIÃO

SOLIDARIEDADE

APRENDIZADO

PRESENTE DE DEUS

FÉ

RESPEITO

AMIZADE

COMPANHEIRISMO

DIFICULDADES

INDISSOLUBILIDADE

FILHOS

SABEDORIA

CONVIVÊNCIA

ESTABILIDADE

DISCIPLINA

VALORES

CUIDADO

RELIGIÃO

TOLERÂNCIA

INTEGRAÇÃO

AMPARO

ATENÇÃO

CALOR HUMANO

## GRUPO C

AMOR

APOIO

COMPREENSÃO

FELICIDADE

PAZ

CARINHO

DIÁLOGO

HUMILDADE

ALEGRIA

UNIÃO

SOLIDARIEDADE

AFETO

PRESENTE DE DEUS

FÉ

RESPEITO

AMIZADE

COMPANHEIRISMO

MALCRIAÇÃO

PACIÊNCIA

FILHOS

SABEDORIA

DINHEIRO

DOÇURA

SER FIEL

BASE DA SOCIEDADE

AMPARO

RELIGIÃO

TOLERÂNCIA

CALOR HUMANO

TRANQUILIDADE

ATENÇÃO

GRATIDÃO

## ANEXO 06

### LISTA DE PALAVRAS ESCOLHIDAS, POR ORDEM DE ESCOLHA – GRUPO A<sup>1</sup>

| 1ª ESCOLHA           | 2ª ESCOLHA           | 3ª ESCOLHA       | 4ª ESCOLHA      | 5ª ESCOLHA      |
|----------------------|----------------------|------------------|-----------------|-----------------|
| Amor (4)             | Amor (4)             | Amor (4)         | Amor (3)        | Amor (3)        |
| Apoio (4)            | Apoio (3)            | Diálogo (3)      | Diálogo (2)     | Compreensão (1) |
| Diálogo (4)          | Diálogo (3)          | Fé (2)           | Disciplina (1)  |                 |
| Responsabilidade (4) | Compreensão (2)      | Apoio (2)        | Compreensão (1) |                 |
| Companheirismo (4)   | Fé (2)               | Compreensão (1)  | Fé (1)          |                 |
| Solidariedade (3)    | Companheirismo (2)   | Disciplina (1)   |                 |                 |
| Crescimento (3)      | Amizade (2)          | Estabilidade (1) |                 |                 |
| Valores (3)          | Aprendizado (2)      | Amizade (1)      |                 |                 |
| Divergências (3)     | Responsabilidade (1) | Felicidade (1)   |                 |                 |
| Aprendizado (3)      | Disciplina (1)       |                  |                 |                 |
| Estabilidade (3)     | Estabilidade (1)     |                  |                 |                 |
| Carinho (3)          | Valores (1)          |                  |                 |                 |
| Segurança (3)        | Paz (1)              |                  |                 |                 |
| Compreensão (2)      | Preocupações (1)     |                  |                 |                 |
| Disciplina (2)       | Solidariedade (1)    |                  |                 |                 |
| Fé (2)               | Tranqüilidade (1)    |                  |                 |                 |
| Amizade (2)          | Diferenças (1)       |                  |                 |                 |
| Tranqüilidade (2)    | Crescimento (1)      |                  |                 |                 |
| Integração (2)       | Cumplicidade (1)     |                  |                 |                 |
| Cumplicidade (2)     | Felicidade (1)       |                  |                 |                 |
| Preocupações (1)     |                      |                  |                 |                 |
| Amparo (1)           |                      |                  |                 |                 |
| Fraternidade (1)     |                      |                  |                 |                 |
| Diferenças (1)       |                      |                  |                 |                 |
| Felicidade (1)       |                      |                  |                 |                 |

<sup>1</sup> Os números dentro dos parêntesis se referem à quantidade de pessoas entrevistadas que escolheram a palavra

ANEXO 07

LISTA DE PALAVRAS ESCOLHIDAS, POR ORDEM DE ESCOLHA –  
GRUPO B<sup>2</sup>

| 1ª ESCOLHA            | 2ª ESCOLHA            | 3ª ESCOLHA            | 4ª ESCOLHA           | 5ª ESCOLHA           |
|-----------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|----------------------|
| Fé (10)               | Amor (8)              | Amor (7)              | Amor (6)             | Amor (3)             |
| Amor (10)             | Diálogo (7)           | Diálogo (7)           | Diálogo (3)          | Fé (2)               |
| Diálogo (10)          | Fé (6)                | União (4)             | Fé (2)               | Fraternidade (1)     |
| Amparo (8)            | Religião (6)          | Compreensão (4)       | União (2)            | União (1)            |
| Compreensão (8)       | Paz (5)               | Fé (3)                | Filhos (2)           | Presente de Deus (1) |
| Apoio (7)             | União (4)             | Religião (3)          | Fraternidade (1)     | Respeito (1)         |
| Carinho (7)           | Carinho (4)           | Paz (3)               | Companheirismo (1)   | Compreensão (1)      |
| Paz (7)               | Compreensão (4)       | Filhos (2)            | Calor humano (1)     | Diálogo (1)          |
| Alegria (7)           | Apoio (4)             | Aprendizado (2)       | Presente de Deus (1) | Filhos (1)           |
| Religião (6)          | Companheirismo (4)    | Indissolubilidade (1) | Respeito (1)         |                      |
| União (6)             | Amparo (3)            | Amizade (1)           | Compreensão (1)      |                      |
| Respeito (5)          | Felicidade (3)        | Fraternidade (1)      | Religião (1)         |                      |
| Sabedoria (5)         | Filhos (3)            | Companheirismo (1)    | Solidariedade (1)    |                      |
| Solidariedade (5)     | Convivência (3)       | Calor humano (1)      | Apoio (1)            |                      |
| Amizade (5)           | Aprendizado (3)       | Alegria (1)           |                      |                      |
| Companheirismo (5)    | Amizade (2)           | Presente de Deus (1)  |                      |                      |
| Convivência (5)       | Alegria (2)           | Respeito (1)          |                      |                      |
| Felicidade (4)        | Presente de Deus (2)  | Integração (1)        |                      |                      |
| Presente de Deus (4)  | Respeito (2)          | Solidariedade (1)     |                      |                      |
| Fraternidade (4)      | Sabedoria (2)         | Valores (1)           |                      |                      |
| Aprendizado (4)       | Disciplina (2)        | Apoio (1)             |                      |                      |
| Valores (4)           | Valores (2)           |                       |                      |                      |
| Atenção (3)           | Cuidado (2)           |                       |                      |                      |
| Calor humano (3)      | Estabilidade (1)      |                       |                      |                      |
| Dificuldades (3)      | Indissolubilidade (1) |                       |                      |                      |
| Disciplina (3)        | Atenção (1)           |                       |                      |                      |
| Filhos (3)            | Calor Humano (1)      |                       |                      |                      |
| Tolerância (3)        | Integração (1)        |                       |                      |                      |
| Cuidado (3)           | Solidariedade (1)     |                       |                      |                      |
| Indissolubilidade (2) |                       |                       |                      |                      |
| Integração (2)        |                       |                       |                      |                      |
| Estabilidade (1)      |                       |                       |                      |                      |

<sup>2</sup> Idem da nota anterior



ANEXO 08

LISTA DE PALAVRAS ESCOLHIDAS, POR ORDEM DE ESCOLHA –  
GRUPO C<sup>3</sup>

| 1ª. ESCOLHA          | 2ª. ESCOLHA          | 3ª. ESCOLHA          | 4ª. ESCOLHA          | 5ª. ESCOLHA          |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Alegria (10)         | Religião (6)         | Filhos (5)           | Filhos (3)           | Presente de Deus (2) |
| Amor (9)             | Amor (5)             | Amor (5)             | Amor (3)             | Filhos (2)           |
| Presente de Deus (8) | Filhos (5)           | Religião (4)         | Presente de Deus (2) | Humildade (1)        |
| Religião (7)         | Presente de Deus (5) | Presente de Deus (3) | Felicidade (1)       | Amor (1)             |
| Diálogo (7)          | Paz (5)              | Ser fiel (3)         | Humildade (1)        | Religião (1)         |
| Carinho (7)          | Alegria (5)          | Paz (2)              | Carinho (1)          | União (1)            |
| Compreensão (7)      | Felicidade (4)       | Felicidade (2)       | Religião (1)         | Paciência (1)        |
| Fé (6)               | Fé (4)               | Diálogo (2)          | Solidariedade (1)    | Respeito (1)         |
| Filhos (6)           | Atenção (4)          | Humildade (2)        | Fé (1)               |                      |
| Paz (6)              | Humildade (3)        | Respeito (2)         | Alegria (1)          |                      |
| Felicidade (6)       | Afeto (3)            | Fé (2)               | União (1)            |                      |
| Humildade (6)        | Carinho (2)          | Dinheiro (1)         | Paciência (1)        |                      |
| Paciência (6)        | Tolerância (2)       | Carinho (1)          | Ser fiel (1)         |                      |
| Solidariedade (5)    | Diálogo (2)          | Afeto (1)            | Respeito (1)         |                      |
| Tolerância (5)       | Respeito (2)         | Solidariedade (1)    |                      |                      |
| Gratidão (5)         | União (2)            | Alegria (1)          |                      |                      |
| Ser fiel (5)         | Ser fiel (2)         | União (1)            |                      |                      |
| Respeito (5)         | Dinheiro (1)         | Atenção (1)          |                      |                      |
| Atenção (5)          | Amizade (1)          | Paciência (1)        |                      |                      |
| Dinheiro (4)         | Compreensão (1)      |                      |                      |                      |
| Apoio (4)            | Sabedoria (1)        |                      |                      |                      |
| União (4)            | Gratidão (1)         |                      |                      |                      |
| Tranquilidade (4)    | Solidariedade (1)    |                      |                      |                      |
| Afeto (3)            | Malcriação (1)       |                      |                      |                      |
| Sabedoria (3)        | Tranquilidade (1)    |                      |                      |                      |
| Amizade (2)          | Apoio (1)            |                      |                      |                      |
| Amparo (2)           | Paciência (1)        |                      |                      |                      |
| Malcriação (2)       | Companheirismo (1)   |                      |                      |                      |
| Doçura (2)           |                      |                      |                      |                      |
| Companheirismo (2)   |                      |                      |                      |                      |
| Calor humano (1)     |                      |                      |                      |                      |

<sup>3</sup> Idem da nota anterior